

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Recuperação Judicial nº 5037757-48.2023.8.21.0010

Vara Regional Empresarial da Comarca de Caxias do Sul/RS

FRIGORÍFICO CHESINI S/A, “Em Recuperação Judicial”, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 89.848.782/0001-27, com sede na Vila Rica, s/n, Terceiro Distrito, no município de Farroupilha/RS, CEP: 95181-899, doravante denominada simplesmente de “CHESINI”, apresenta seu **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.



Farroupilha/RS, 27 de outubro de 2023.

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO E DEFINIÇÕES.	3
2. MEIOS DE RECUPERAÇÃO.	5
3. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO COM BASE NO FLUXO DE CAIXA PROJETADO.	6
3.1 REGRAS GERAIS.	6
3.1.1 Reestruturação dos Créditos.	6
3.1.2 Informações de contas bancárias/PIX.	7
3.1.3 Da comunicação com a recuperanda.	7
3.1.4 Contagem de Prazos.	8
3.1.5 Valor mínimo de parcela.	8
3.1.6 Quitação.	8
3.1.7 Limitação de pagamentos mensais.	9
3.1.8 Aceleração de Pagamentos – “Fundo Ativos”:.....	9
3.2 CLASSE I – CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO.	11
3.3 CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL.	16
3.4 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS.	17
3.5 CLASSE IV – CRÉDITOS ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.	21
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO.	24
5. DAÇÃO EM PAGAMENTO.	25
6. FINANCIAMENTO DIP.	26
7. CRÉDITOS NÃO SUJEITOS AO PLANO.	26
8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.	26
9. EFEITOS DO PLANO.	27

1. PREÂMBULO E DEFINIÇÕES.

Consoante determina o art. 53 da Lei 11.101/05, o presente Plano de Recuperação Judicial possui a finalidade de demonstrar as estratégias da Recuperanda para o soerguimento da crise econômico-financeira que a atinge, contendo:

- I – a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;
- II – a demonstração de sua viabilidade econômica (Anexo I);
- III – o laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor (Anexo II);

Por meio da análise dos documentos supra referidos, é possível concluir a respeito da necessidade de reestruturação dos créditos sujeitos ao procedimento de recuperação judicial, bem como que a proposta de pagamento ora apresentada é factível, e permitirá a superação das dificuldades financeiras enfrentadas pela “CHESINI”.

Os termos abaixo relacionados devem ser interpretados restritamente, de modo que as expressões entre parênteses indicam os sinônimos aplicados aos mesmos.

- I. Assembleia Geral de Credores (AGC):** espécie de reunião dos credores destinada a aprovação ou modificação do Plano de Recuperação;
- II. Classe I:** classe composta pelos credores detentores de créditos decorrentes de obrigações tuteladas pela legislação trabalhista ou decorrentes de acidente do trabalho - art. 41, I, da LRF;
- III. Classe II:** classe composta por credores detentores de créditos com garantia real - art. 41, II, da LRF;
- IV. Classe III:** classe composta por credores detentores de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados - art. 41, III, da LRF;
- V. Classe IV:** classe composta por credores detentores de créditos enquadrados

como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP) - art. 41, IV, da LRF;

- VI. Credores Extraconcursais:** créditos existentes na forma dos artigos 67 e 84, ambos da Lei 11.101/05;
- VII. Credores Não Sujeitos:** dívidas de titularidade da Recuperanda expressamente excluídas dos efeitos da Recuperação Judicial nos termos da Lei 11.101/05;
- VIII. Credores Sujeitos:** dívidas de titularidade da Recuperanda existentes ao tempo do deferimento do processamento da recuperação judicial, salvo aquelas expressamente excluídas nos termos da Lei 11.101/05;
- IX. Pedido:** data em que foi protocolado o pedido de recuperação judicial – 15/08/2023.
- X. Deferimento do Processamento:** decisão proferida pelo Juízo da recuperação judicial deferindo o processamento da recuperação requerida pela autora, submetendo as obrigações existentes a tal tempo ao procedimento recuperatório;
- XI. Juízo da Recuperação:** Vara Regional Empresarial da Comarca de Caxias do Sul/RS.
- XII. LRF:** Lei de Recuperação e Falências - Lei 11.101/2005.
- XIII. Plano de Recuperação (Plano):** plano de pagamento das obrigações sujeitas a recuperação judicial, documento no qual são apresentadas as condições e as novas formas de adimplemento destas;
- XIV. Quadro Geral de Credores (QGC):** relação de credores consolidada pelo administrador judicial na forma do art. 18 da LRF;
- XV. Recuperanda:** FRIGORÍFICO CHESINI S/A;
- XVI. Relação de Credores:** lista apresentada pela Recuperanda em que consta todos os credores, com os seus respectivos créditos, ao tempo do ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial.
- XVII. Stalking Horse:** é a oferta inicial e antecipada que um comprador interessado faz em um processo competitivo, para demonstrar interesse e garantir prioridade em caso de lance mais alto no âmbito de um processo competitivo regulado por este Plano.

2. MEIOS DE RECUPERAÇÃO.

Dado o espírito da LRF de possibilitar à empresa o seu soerguimento através de estratégias jurídico-financeiras viáveis, a legislação, em seu art. 50, preleciona diversas hipóteses.

Importante frisar que o pretendido com este Plano está longe de tentar impor uma dilação de prazo protelatória ou mera remissão de dívida injustificada. Trata-se na realidade de um novo “desenho” das obrigações existentes, uma reestruturação efetiva, pois somente com estes novos contornos obrigacionais possibilitar-se-á a superação da crise. A (re)organização do passivo ora ventilado, atrelado a mecanismos eficientes e que garantem aos credores o recebimento dos seus créditos, proporcionará a continuidade dos negócios da “Chesini”.

Nesse sentido, diante do que dispõe o art. 50 da LRF e face às formas projetadas pela Recuperanda, conforme será adiante exposto, a Recuperanda utilizar-se-á, notadamente, dos seguintes meios de recuperação:

- (i) “concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas” (art. 50, I, da LRF);
- (ii) “cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente” (art. 50, II, da LRF);
- (iii) “alteração do controle societário” (art. 50, III, da LRF);
- (iv) “aumento de capital” (art. 50, VI, da LRF);
- (v) “trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;
- (vi) “dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro” (art. 50, IX, da LRF);
- (vii) “venda parcial de bens” (art. 50, XI da LRF);
- (viii) “equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza” (art. 50, XII, da LRF),
- (ix) “conversão de dívida em capital social” (art. 50, XVII),

(x) “venda integral da devedora, desde que garantidas aos credores não submetidos ou não aderentes condições, no mínimo, equivalentes àquelas que teriam na falência, hipótese em que será, para todos os fins, considerada unidade produtiva isolada.” (art. 50, XVIII).

Como fonte subsidiária do ponto de vista estratégico, a Recuperanda poderá ainda utilizar todos os demais meios de recuperação previstos no art. 50 da LRF.

3. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO COM BASE NO FLUXO DE CAIXA PROJETADO.

3.1 REGRAS GERAIS.

O primeiro meio de recuperação utilizado será a reestruturação do passivo para seu pagamento, mediante proposta estruturada de uma combinação de deságios, prazos de carência, alongamento de prazos de pagamento, utilizando-se notadamente dos seguintes meios: *(i)* “concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas” (art. 50, I, da LRF); *(ii)* “equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza” (art. 50, XII, da LRF).

3.1.1 Reestruturação dos Créditos.

Com a aprovação do presente Plano opera-se a novação de todos os créditos sujeitos a ele, que serão pagos pela Recuperanda na forma, prazos e condições estabelecidos no próprio Plano, conforme disposições a seguir referentes a cada uma das Classes de Credores Sujeitos, independentemente de disposições em contrário de contratos e/ou pactos anteriores destes com a Recuperanda, deixando de ter eficácia e aplicabilidade quaisquer disposições incompatíveis com o disposto no presente Plano.

3.1.2 Informações de contas bancárias/PIX.

Para viabilização dos pagamentos de credores, conforme as condições do Plano, deverão estes informar por escrito à Recuperanda suas respectivas contas bancárias/PIX no prazo de até 15 (quinze) dias após a homologação judicial do Plano (para garantir o início de recebimentos juntamente com a data estipulada para a respectiva Classe), devendo esta ser de titularidade do próprio credor.

Caso decorra qualquer atraso nos pagamentos em razão da ausência de informação dos Credores, este evento não pode ser considerado como descumprimento do Plano, não se caracterizando como inadimplemento do Plano, nem mesmo acarretará a incidência de juros e encargos moratórios.

Caso a informação de dados bancários não observe o prazo acima estipulado, o credor que o fizer de forma intempestiva somente terá iniciado seus pagamentos após 30 (trinta) dias da prestação da informação, e seu prazo de pagamento (conforme a Classe), se iniciará deste marco temporal. Os dados bancários, e o CPF ou CNPJ do credor, deverão ser encaminhados para o seguinte endereço de e-mail rjchesini@chesini.com.br.

3.1.3 Da comunicação com a recuperanda.

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações à “Chesini”, previstas no presente Plano, para serem eficazes como comunicação escrita, deverão ser realizadas da seguinte forma: (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, por serviço de courier, sempre exigida a prova de efetivo recebimento; (ii) enviadas por e-mail, exigida a solicitação de confirmação de recebimento. As comunicações devem ser feitas diretamente à sede da “Chesini”, ou ao e-mail: rjchesini@chesini.com.br.

3.1.4 Contagem de Prazos.

Todos os prazos de pagamento a seguir dispostos, referentes aos Créditos Sujeitos ao Plano, bem como eventuais prazos de carência previstos no mesmo, somente serão contados a partir da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial, que homologar o Plano, salvo disposição diversa no próprio Plano.

3.1.5 Valor mínimo de parcela.

No intuito de racionalização, bem como de redução de custos na administração dos pagamentos, estipula-se como valor mínimo de cada parcela de pagamento aos Credores sujeitos ao Plano o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), respeitado o valor dos respectivos Créditos sujeitos ao Plano. Assim, caso determinado Credor faça jus a pagamento de valor inferior, as parcelas a este devidas serão acumuladas, até que perfaçam o valor mínimo de parcela ora estipulado, não importando o não pagamento das parcelas inferior a este como inadimplemento e/ou descumprimento do Plano. No caso dos Credores que detenham Crédito Sujeito total inferior a este limite mensal, receberão o valor de seu crédito sem prejuízo algum.

3.1.6 Quitação.

Os pagamentos realizados na forma estabelecida no Plano importarão em Quitação respectiva, com a qual os Credores Sujeitos ao Plano serão considerados como tendo dado a quitação, com a consequente renúncia a qualquer discussão, não podendo mais, quanto ao Crédito pago, reclamá-los contra a Recuperanda, e eventuais controladoras, controladas, subsidiárias, afiliadas e coligadas e outras sociedades porventura pertencentes ao grupo, bem como seus administradores, diretores, conselheiros, acionistas, sócios, agentes, empregados, representantes, garantidores, sucessores e cessionários.

3.1.7 Limitação de pagamentos mensais.

Caso a Receita Bruta da Recuperanda, por alguma razão econômico financeira, não prevista no presente momento, se reduza a valor inferior a R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) por mês, os pagamentos dos Credores Sujeitos (todas as classes) deverão ficar limitados ao valor resultante da aplicação do percentual de 1,5% (um virgula cinco por cento) sobre a receita bruta, sendo que neste caso o valor total direcionado aos Credores Sujeitos será dividido entre estes de forma proporcional, conforme o montante de crédito ainda devido por cada um dos credores, não podendo ultrapassar o limite, e não se recompondo tais pagamentos nos meses subsequentes, antes dos recálculos a seguir disposto.

Diante de tal disposição, a cada período de 01 (um) ano serão apurados os pagamentos eventualmente realizados a menor (em razão do limite), e verificados os saldos devedores em relação a cada Credor, para fins de recálculos das parcelas vincendas, nas quais devem ser incluídos eventuais saldos devedores decorrentes da aplicação do limite.

3.1.8 Aceleração de Pagamentos – “Fundo Ativos”:

Os créditos das Classes III e IV serão pagos nas formas estabelecidas adiante, mas poderão ser acelerados, tudo na conformidade das disposições a seguir.

3.1.8.1 A “Chesini” administrará uma conta própria, denominada de “Fundo Ativos”, que poderá receber valores, ao exclusivo arbítrio da recuperanda, oriundos da venda dos ativos (bens móveis e imóveis), liquidação de créditos judiciais ou de recursos decorrentes de terceiros investidores.

3.1.8.2 Fica a critério da “Chesini” definir, posteriormente, os ativos (bens móveis) e créditos judiciais que poderão reverter valores em favor do “Fundo Ativos”.

3.1.8.3 Havendo valor no “Fundo Ativos”, serão cientificados os Credores das Classes III e IV, através de disponibilização de tal informação nos autos ou na eventualidade do processo de recuperação judicial ter sido encerrado no site da “Chesini” <https://www.chesini.com.br/>, no prazo de pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data efetivamente fixada como início do recebimento das propostas, restando assim cientificados os credores para que se habilitem a eventuais pagamentos complementares a suas parcelas mensais, através da modalidade de “aceleração extraordinária com deságio”; aludida comunicação fixará prazo não inferior a 15 (quinze) dias para envio de propostas, comunicação esta que deve seguir a forma disposta no item “3.1.3” do presente Plano.

3.1.8.4 A habilitação de Credores Sujeitos ao Plano (das Classes III e IV), para recebimento na modalidade de “aceleração extraordinária com deságio”, deve se dar por escrito, em comunicação direcionada diretamente à “Chesini”; nesta comunicação o Credor (das Classes III ou IV) deverá informar o percentual de deságio que aceita receber para pagamento imediato, não podendo este ser inferior a 50%, estipulando-se que este deságio é cumulativo ao deságio disposto para o pagamento geral das Classes III e IV, aplicado sobre o valor resultante daqueles.

3.1.8.5 As propostas de Credores (das Classes III e IV) referente à “aceleração extraordinária com deságio” serão organizadas por deságio concedido e cronologicamente por data de recebimento por parte da “Chesini”.

3.1.8.6 Observadas as disposições acima, a eficácia da opção fica vinculada à efetiva disponibilidade de recursos e na ausência destes o Credor ficará sujeito ao pagamento regular, conforme disposições do presente Plano; portanto, a disponibilidade de recursos será garantida àqueles que exercerem opção de deságio, observada a ordem acima, sendo direcionados sempre para as opções que concedam maior deságio (e entre estas, primeiramente àqueles que exerceram antes a opção conforme regras do Plano), e no esgotamento dos recursos, todos os demais Credores receberão na forma ordinária, ainda que tenham exercido opção de deságio, que deixa de ser eficaz.

3.1.8.7 Destaque-se que a metodologia de pagamento, além das disposições acima, cumpre os seguintes requisitos *(i)* tratamento igualitário entre credores da mesma classe; *(ii)* viabilidade financeira e econômica do Plano; *(iii)* fazer prevalecer o espírito da Lei, tratando seus credores, parceiros históricos da empresa com justiça e bom senso. Os formatos de pagamento foram calculados conforme análise de viabilidade econômica da recuperação da Recuperanda, conforme Laudo Econômico-Financeiro, anexo e parte integrante deste Plano.

3.2 CLASSE I – CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO.

As disposições do presente tópico tratam especificamente acerca dos Créditos de Credores Classe I. Esta Classe contempla os créditos trabalhistas em geral devidos diretamente aos trabalhadores por ocasião de relação de trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, bem como os créditos de FGTS decorrentes de depósitos fundiários inadimplidos ou de rescisões trabalhistas.

A “Chesini” não conta com credores trabalhistas de crédito estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, no entanto, em alusão ao contido no art. 54, § 1º, da LRF, na eventualidade de ser identificado algum crédito salarial o prazo de pagamento será em 30 (trinta) dias após a publicação da decisão que conceder a recuperação judicial, limitados a 5 (cinco) salários-mínimos, por trabalhador.

3.2.1 Subclasse Credores de Verbas Rescisórias e de Pensão Alimentícia

Os credores trabalhistas, cujo crédito seja decorrente de verbas rescisórias inadimplidas e de pensão alimentícia, serão pagos conforme uma das opções abaixo:

3.2.1.1 Opção A:

❖ **Deságio:** sem deságio;

- ❖ **Carência:** sem carência;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária, ou, ainda, na forma de depósito fundiário quando aplicável nos termos da cláusula 3.2.4.

3.2.1.2 Opção B

- ❖ **Deságio:** 30% (trinta por cento) de deságio;
- ❖ **Carência:** sem carência;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária, ou, ainda, na forma de depósito fundiário quando aplicável nos termos da cláusula 3.2.4.

3.2.2 Escolha: Os credores deverão escolher, em até 30 (trinta) dias da data de homologação do presente Plano de Recuperação Judicial, a opção “A” ou “B” para o recebimento de seus créditos. A escolha manifestada pelo credor deverá ser realizada por meio do envio de correspondência eletrônica para o seguinte e-mail: rjchesini@chesini.com.br, devendo ser informado o nome completo do credor, seu CPF, e a

opção escolhida. Caso o credor reste silente, competirá à Recuperanda fazer a opção de escolha.

3.2.3 Quitação: A adesão a “Opção A” implica em renúncia ao direito de cobrança das multas estabelecidas nos Artigos 467 e 477, ambos da Consolidação das Leis Trabalhistas, bem como, na quitação plena, geral, irrevogável e irretratável daqueles créditos, e dos respectivos contratos de trabalho, oportunidade em que os credores não poderão mais reclamá-los contra a recuperanda, sócios, acionistas, administradores, diretores, sucessores, cessionários, avalistas, garantidores e/ou fiadores.

3.2.4 Créditos de FGTS: Os créditos do FGTS dos credores serão pagos mediante depósitos fundiários, diretamente na Caixa Econômica Federal.

3.2.5 Subclasse Demais Credores

Os demais credores trabalhistas serão pagos conforme uma das opções abaixo:

3.2.5.1 Opção A:

- ❖ **Deságio:** sem deságio;
- ❖ **Carência:** sem carência;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária, ou, ainda, na forma de depósito fundiário quando aplicável nos termos da cláusula 3.2.4.

3.2.5.2 Opção B

- ❖ **Deságio:** 30% (trinta por cento) de deságio;
- ❖ **Carência:** sem carência;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária, ou, ainda, na forma de depósito fundiário quando aplicável nos termos da cláusula 3.2.4.

3.2.6 Escolha: Os credores deverão escolher, em até 30 (trinta) dias da data de homologação do presente Plano de Recuperação Judicial, a opção “A” ou “B” para o recebimento de seus créditos. A escolha manifestada pelo credor deverá ser realizada por meio do envio de correspondência eletrônica para o seguinte e-mail: rjchesini@chesini.com.br, devendo ser informado o nome completo do credor, seu CPF, e a opção escolhida. Caso o credor reste silente, competirá à Recuperanda fazer a opção de escolha.

3.2.7 Quitação: A adesão a “Opção A” implica em renúncia ao direito de cobrança da cláusula penal estabelecida no acordo firmado, nos autos da ação civil pública 0020050-72.2020.5.04.0531 ou em outros, ainda que a mesma tenha sido fixada judicialmente, importando na quitação plena, geral, irrevogável e irretratável daqueles créditos, oportunidade em que os credores não poderão mais reclamá-los contra a recuperanda, sócios, acionistas, diretores, administradores, sucessores, cessionários, avalistas, garantidores e/ou fiadores.

3.2.8 Créditos ilíquidos: Considerar-se-ão ilíquidos os Créditos de natureza trabalhista ainda controvertidos e não liquidados perante a Justiça do Trabalho. Havendo a liquidação e a mesma contemplando rubricas de natureza tributária, tais como Imposto de Renda, Contribuição Previdenciária e etc., por se não se sujeitarem aos efeitos da recuperação judicial, serão excluídos para fins de apuração do *quantum* e inscrição do crédito na relação de credores. Os credores de tais créditos apurados pela Justiça do Trabalho, reconhecem, desde logo, que o manejo da recuperação judicial pela Recuperanda se trata de exercício regular de direito, portanto, anuindo em não alegar a sujeição dos créditos à recuperação judicial como fundamento de responsabilização pessoal de terceiros (acionistas e administradores da “Chesini”) que não a própria empresa Recuperanda. Quanto aos créditos ilíquidos o Plano prevê o seguinte:

3.2.9 Prazo para pagamento na mesma forma e condições dos Créditos Trabalhistas (conforme descrito no item 3.2.1.1), desde que liquidados e habilitados até o início de pagamento da respectiva Classe, limitados ao pagamento máximo de 50 (cinquenta) salários-mínimos, e o valor excedente a tal quantia será considerado como crédito quirografário, e será pago segundo as condições estabelecidas na Cláusula 3.4 de acordo com o valor do crédito do credor.

3.2.10 Caso liquidados e habilitados após o início de pagamento da respectiva Classe, o prazo de pagamento destes créditos será o mesmo estabelecido na cláusula 3.2.1.1, conforme disposto acima, porém com início de contagem somente a partir da definitiva liquidação dos cálculos ou do trânsito em julgado do acordo, conforme o caso, e efetiva habilitação do respectivo crédito. Salvo esta questão do prazo, as condições de recebimento e liquidação serão as mesmas garantidas à Classe.

3.2.11 Reclamatórias trabalhistas (ou outros processos judiciais) pendentes: Considerar-se-ão reclamatórias trabalhistas (ou outros processos judiciais) pendentes aquelas que forem ajuizadas anteriormente ao pedido sem sentença definitiva ao tempo deste, ou ainda as ajuizadas posteriormente ao pedido ou à aprovação do Plano, mas que reclamem verbas trabalhistas (ou remuneração, honorários etc) anteriores ao pedido. Estas também serão sujeitas ao Plano, devendo observar o disposto no item acima, referente às condições de pagamento dos “Créditos Ilíquidos” (item “3.2.8.”). Neste caso também os

credores de tais créditos apurados pela Justiça do Trabalho, reconhecem que o manejo da recuperação judicial pela Recuperanda se trata de exercício regular de direito, portanto, anuindo em não alegar a sujeição dos créditos à recuperação judicial como fundamento de responsabilização pessoal dos acionistas e administradores que não a própria empresa Recuperanda. Serão admitidas composições na seara trabalhista que reflitam em parcelamento mais alongado que o previsto neste plano, desde que respeitadas suas cláusulas.

3.2.12 Valor máximo de pagamento: Será pago o valor máximo de até 50 (cinquenta) salários-mínimos por credor trabalhista, e o valor excedente a tal quantia será considerado como crédito quirografário, e será pago segundo as condições estabelecidas na Cláusula 3.4 de acordo com o valor do crédito do credor.

3.3 CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL.

Na conformidade com a relação de credores apresentada por ocasião do pedido de recuperação judicial, a “Chesini” não conta com credores sujeitos enquadrados nesta classe. No entanto, a mesma é prevista alternativamente, caso decorra de divergência, habilitação e/ou impugnação a classificação de algum Credor Sujeito nesta classe.

Nesta classe reúnem-se todos os credores detentores de créditos com garantia real e que se enquadram na definição legal do art. 41, II, da LRF, não havendo distinção ou subdivisão entre eles. Registra-se que, de acordo com o art. 41, § 2º, c/c art. 83, II, ambos da LRF, essa classificação é composta por créditos limitados até o valor do bem.

O pagamento das dívidas que compõem esta categoria será nas exatas condições previstas e dispostas no Plano para a Classe III, conforme o valor do crédito.

3.4 CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS.

As disposições do presente tópico tratam especificamente acerca dos Créditos de Credores Classe III, correspondentes aos créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.

Os credores da Classe III receberão seus créditos de acordo com critérios objetivos das subclasses adiante apresentadas:

3.4.1 Subclasse Credores Apoiadores Integrados

Serão considerados Credores Apoiadores Integrados, aqueles para os quais a empresa fornece os pintos, a ração e a assistência técnica, sendo os mesmos responsáveis pela engorda dos pintos até o abate, e, que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

3.4.1.1 Votem pela aprovação do plano;

3.4.1.2 Estejam de acordo com o compromisso de não litigar, devendo se abster de quaisquer condutas que objetivem conturbar o procedimento recuperacional, enquanto as obrigações de pagamento previstas neste Plano estiverem sendo cumpridas. Os Credores Apoiadores Integrados concordam que, ao optarem por ter seus respectivos Créditos reestruturados nos termos da cláusula 3.4.1.4 e suas subcláusulas, estarão obrigados a: *(i)* não litigar no âmbito de qualquer processo administrativo, ação judicial ou arbitragem contra a “Chesini”, seus acionistas, administradores, avalistas, coobrigados e Partes Relacionadas tendo por objeto seus respectivos Créditos, *(ii)* requerer a suspensão ou a desistência de todo e qualquer processo administrativo, ação judicial ou arbitragem contra o Chesini”, seus acionistas, administradores, avalistas, coobrigados e Partes Relacionadas tendo por objeto seus respectivos Créditos e *(iii)* se abster de tomar qualquer medida voltada à satisfação de seus Créditos ou propor qualquer processo administrativo, ação judicial ou arbitragem contra Chesini”, seus acionistas, administradores, avalistas, coobrigados ou Partes Relacionadas tendo por objeto seus respectivos Créditos, ressalvados, em qualquer dos casos

previstos nos itens (i) a (iii), o ajuizamento de habilitações ou impugnações relacionadas à inclusão, classificação (aí incluídas as discussões sobre a sujeição ou não sujeição do Crédito aos efeitos da Recuperação Judicial) ou correção dos valores dos seus respectivos Créditos na Relação de Credores e os recursos relacionados a tais medidas.

3.4.1.3 Continuem a prestar os serviços de integração, nos mesmos preços, prazos de pagamento e demais condições comerciais praticadas antes do pedido de recuperação judicial.

3.4.1.4 Condições de pagamento aos Credores Apoiadores Integrados:

- ❖ **Deságio:** sem deságio;
- ❖ **Carência:** sem carência;
- ❖ **Correção:** os créditos da Classe III serão corrigidos pelo índice da Taxa Referencial - TR, a contar da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 72 (setenta e dois) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, e consecutivas, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária.

3.4.1.5 Os credores que se enquadrarem e que cumprirem as condições previstas nos itens 3.4.1.1, 3.4.1.2 e 3.4.1.3 deverão formalizar o compromisso mediante envio de e-mail ao seguinte endereço: richesini@chesini.com.br . A adesão deverá ser formalizada até 30 (trinta) dias corridos contados da data de publicação da decisão de concessão da recuperação judicial.

3.4.2 Demais Credores

3.4.2.1 Todos os demais credores da Classe III:

- ❖ **Deságio:** 70% (setenta por cento);
- ❖ **Carência:** 36 (trinta e seis) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Correção:** os créditos da Classe III serão corrigidos à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano acrescido pela Taxa Referencial - TR, a contar da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 132 (cento e trinta e dois) meses, a partir 30 (trigésimo) dia do término do prazo de carência;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais e consecutivas, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária.

3.4.3 Eventual Inclusão de Créditos Classe III: Pagamento parcelado. Na hipótese de inclusão de novo Crédito Classe III, em decorrência do acolhimento de eventual divergência de crédito, habilitação, impugnação, ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo crédito será pago nas mesmas condições acima dispostas. Ressalta-se que, caso a inclusão ocorra após o início do pagamento dos credores da classe, os prazos de carência e de pagamento somente se iniciarão após a data da efetiva inclusão.

3.4.4 Créditos controvertidos judicialmente: Terão tratamento próprio os créditos da Classe III que sejam objeto de cobrança judicial, ou qualquer controvérsia judicial, entendida esta como a cobrança coativa do crédito, ou mesmo qualquer discussão em torno da existência da dívida, do seu montante, seja em ação revisional, execução judicial ou

extrajudicial, embargos à execução, ação monitória, ação de cobrança, ou qualquer outra, existente à época da homologação deste Plano. Os credores reconhecem, desde logo, que o manejo da recuperação judicial pela Recuperanda se trata de exercício regular de direito, portanto, anuindo em não alegar a sujeição dos créditos à recuperação judicial como fundamento de responsabilização pessoal de terceiros que não a própria empresa Recuperanda, nem mesmo se valer da excussão de garantias reais ou fidejussórias de terceiros para recebimento dos créditos de forma diferente da prevista no presente Plano, de responsabilidade de adimplemento da própria empresa Recuperanda. Quanto a estes o Plano prevê, ainda, o seguinte:

3.4.4.1 Enquanto estiver pendente a demanda judicial na qual controvertido o crédito, não será devido nenhum pagamento ao respectivo Credor;

3.4.4.2 Caso haja resolução judicial da aludida controvérsia, ainda que por acordo judicial, até o início de pagamentos da respectiva Classe, será observado o mesmo prazo, forma e condições dos demais Credores da Classe III;

3.4.4.3 Caso haja resolução judicial da aludida controvérsia, ainda que por acordo, somente após o início de pagamento da respectiva Classe, o prazo de carência e de pagamento será o mesmo daquela, conforme disposto nos itens acima, porém com início de contagem somente a partir do trânsito em julgado da decisão ou do acordo, conforme o caso, e subsequente habilitação/ajuste do Quadro Geral de Credores, e observado o novo valor definido. Salvo esta questão do prazo, as condições de recebimento e liquidação serão as mesmas garantidas à respectiva Classe.

3.4.5 Créditos futuros sujeitos à Recuperação Judicial (atos geradores anteriores ao pedido): Eventuais créditos, ainda que não arrolados na relação de credores inicial ou mesmo no Edital do art. 7º, § 2º, da LRF, mas que venham a ser habilitados nos autos, mesmo que tardiamente, e ainda que por iniciativa da Recuperanda, mas que tenham como “fato gerador” situação inequivocamente ocorrida anteriormente ao Pedido de Recuperação Judicial, com a constituição jurídica ainda que anteriormente ao pedido desprovida de manifestação judicial declaratória e/ou condenatória, deverão se submeter ao

presente Plano, devendo para estes ser observado o mesmo prazo, forma e condições dos demais Credores da Classe III, conforme a origem do seu crédito para pagamento nos termos da respectiva subclasse, conforme acima, observando, igualmente, a mesma regra do item “3.4.2.1” quanto ao início dos prazos de carência e de pagamentos.

3.5 CLASSE IV – CRÉDITOS ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

As disposições do presente tópico tratam especificamente acerca dos Créditos de Credores Classe IV.

3.5.1 Todos os credores da Classe IV, detentores de créditos no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

- ❖ **Deságio:** sem deságio;
- ❖ **Carência:** 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Correção:** os créditos da Classe IV serão corrigidos pela Taxa Referencial - TR, a contar da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir do 30 (trigésimo) dia do término do prazo de carência;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária.

3.5.2 Todos os demais credores da Classe IV, detentores de créditos superiores ao valor de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo):

- ❖ **Deságio:** 20% (vinte por cento);
- ❖ **Carência:** 24 (vinte e quatro) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Correção:** os créditos da Classe IV serão corrigidos à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano acrescido pela Taxa Referencial - TR, a contar da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ❖ **Prazo para pagamento:** em até 60 (sessenta) meses, a contar a partir 30 (trigésimo) dia do término do prazo de carência;
- ❖ **Forma de pagamento:** em 60 (sessenta) parcelas mensais, diretamente ao credor, mediante depósito ou transferência bancária.

3.5.3 Eventual Inclusão de Créditos Classe IV. Pagamento parcelado. Na hipótese de inclusão de novo Crédito Classe IV, em decorrência do acolhimento de eventual divergência de crédito, habilitação, impugnação, ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo crédito será pago nas mesmas condições acima dispostas. Ressalta-se que, caso a inclusão ocorra após o início do pagamento dos credores da classe, os prazos de carência e de pagamento somente se iniciarão após a data da efetiva inclusão.

3.5.4 Créditos controvertidos judicialmente: Terão tratamento próprio os créditos da Classe IV que sejam objeto de cobrança judicial, ou qualquer controvérsia judicial, entendida esta como a cobrança coativa do crédito, ou mesmo qualquer discussão em torno da existência da dívida, do seu montante, seja em ação revisional, execução judicial ou extrajudicial, embargos à execução, ação monitória, ação de cobrança, ou qualquer outra, existente à época da homologação deste Plano. Os credores reconhecem, desde logo, que o manejo da recuperação judicial pela Recuperanda se trata de exercício regular de direito, portanto, anuindo em não alegar a sujeição dos créditos à recuperação judicial como fundamento de responsabilização pessoal de terceiros que não a própria empresa

Recuperanda, nem mesmo se valer da excussão de garantias reais ou fidejussórias de terceiros para recebimento dos créditos de forma diferente da prevista no presente Plano, de responsabilidade de adimplemento da própria empresa Recuperanda. Quanto a estes o Plano prevê, ainda, o seguinte:

3.5.4.1 Enquanto estiver pendente a demanda judicial na qual controvertido o crédito, não será devido nenhum pagamento ao respectivo Credor;

3.5.4.2 Caso haja resolução judicial da aludida controvérsia, ainda que por acordo judicial, até o início de pagamentos da respectiva Classe, será observado o mesmo prazo, forma e condições dos demais Credores da Classe IV;

3.5.4.3 Caso haja resolução judicial da aludida controvérsia, ainda que por acordo, somente após o início de pagamento da respectiva Classe, o prazo de carência e de pagamento será o mesmo daquela, conforme disposto acima, porém com início de contagem somente a partir do trânsito em julgado da decisão ou do acordo, conforme o caso, e subsequente habilitação, e observado o novo valor definido. Salvo esta questão do prazo, as condições de recebimento e liquidação serão as mesmas garantidas à Classe.

3.5.5 Créditos futuros sujeitos à Recuperação Judicial (fatos geradores anteriores ao pedido): Eventuais créditos, ainda que não arrolados na relação de credores inicial ou mesmo no Edital do art. 7º, § 2º, da LRF, mas que venham a ser habilitados nos autos, mesmo que tardiamente, e ainda que por iniciativa da Recuperanda, mas que tenham como “fato gerador” situação inequivocamente ocorrida anteriormente ao Pedido de Recuperação Judicial, com a constituição jurídica ainda que anteriormente ao pedido desprovida de manifestação judicial declaratória e/ou condenatória, deverão se submeter ao presente Plano, devendo para estes ser observado o mesmo prazo, forma e condições dos demais Credores da Classe IV, conforme acima, observando, igualmente, a mesma regra do item “3.5.2” quanto ao início dos prazos de carência e de pagamentos.

4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO.

A alienação de ativos da Recuperanda se regerá pelo presente tópico, e se constitui em um dos meios de recuperação legalmente previstos: (i) “venda parcial de bens” (art. 50, XI da LRF).

A Recuperanda poderá, a partir da homologação judicial do Plano, gravar, substituir ou alienar os bens do seu ativo permanente, sem a necessidade de prévia Assembleia Geral de Credores, mas mediante autorização judicial, na forma do artigo 66 da LRF.

A alienação ampla aqui pactuada, poderá ser também utilizada para qualquer finalidade de reestruturação do negócio, imprimir maior eficiência ao mesmo, ou por razões estratégicas, que envolvam a alienação e/ou cessão de ativos específicos, sejam imóveis, móveis ou mesmo intangíveis, bem como a universalidade de diversos bens ou direitos, ou mesmo estes de forma isolada, da forma que melhor atenda à eficiência e soerguimento do negócio empresarial.

Ainda, estipula-se no presente Plano que a Recuperanda poderá efetuar quaisquer das alienações de bens previstas neste tópico na forma de unidades produtivas isoladas (UPI's), independentemente da venda se dar judicial ou extrajudicialmente.

A venda de ativos, através de UPIs, poderá englobar a universalidade de bens, facultativamente formada pela própria Recuperanda, ou mesmo bens e direitos isoladamente considerados, podendo envolver quaisquer bens que componham, ou venham a compor o ativo da Recuperanda, sejam unidades de negócio, partes destas, ativos isolados, ou mesmo ativos intangíveis como marcas, patentes e/ou outros.

Neste caso, o objeto da alienação de UPIs estará livre de quaisquer ônus e o adquirente não responderá por nenhuma dívida ou contingência da

Recuperanda, inclusive aquelas de natureza tributária e trabalhista, tendo em vista o disposto no art. 60 da LRF.

As alienações de UPI's serão efetuadas por meio de qualquer das modalidades previstas no artigo 142 da LRF, inclusive por intermédio de processo competitivo na modalidade de *Stalking Horse*, nos termos do art. 142, incisos I e IV, c/c art. 144 da Lei 11.101/05.

A Recuperanda também poderá utilizar para seu soerguimento, os demais meios de recuperação previstos no art. 50 da LRF, destacando-se a *(i) “cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente”* (art. 50, II, da LRF); *(ii) “alteração do controle societário”* (art. 50, III, da LRF); *(iii) “aumento de capital”* (art. 50, VI, da LRF); *(iv) trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados; (v) “dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro”* (art. 50, IX, da LRF); *(vi) “venda parcial de bens”* (art. 50, XI da LRF); *(vii) “equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza”* (art. 50, XII, da LRF), *(viii) “conversão de dívida em capital social”* (art. 50, XVII), *(ix) “venda integral da devedora, desde que garantidas aos credores não submetidos ou não aderentes condições, no mínimo, equivalentes àquelas que teriam na falência, hipótese em que será, para todos os fins, considerada unidade produtiva isolada.”* (art. 50, XVIII).

A adoção dos meios de recuperação ora supra referidos prescinde a deliberação em Assembleia Geral de Credores.

5. DAÇÃO EM PAGAMENTO.

A Recuperanda poderá se valer, ainda, da dação em pagamento, se constituindo este em um dos meios de recuperação legalmente previstos: *(i) “dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro”* (art. 50, IX, da LRF).

A utilização deste meio de recuperação ficará ao arbítrio da Recuperanda, dispensando-se a deliberação em Assembleia Geral de Credores e ainda, será destinada aos credores que, conforme proposta da Recuperanda, tiverem interesse em receber seu pagamento, por meio da dação em pagamento de “bens móveis” que integram o ativo da Recuperanda, em valor equivalente ao de mercado dos referidos bens.

6. FINANCIAMENTO *DIP*.

A “Chesini” poderá, como alternativa ou forma complementar à alienação de unidades e sua capitalização, captar financiamentos nos termos do art. 69-A e seguintes da LRF. Os recursos financeiros eventualmente captados serão previamente previstos em instrumento específico para esta finalidade, cujas condições e formalização deverão ser autorizadas pelo juízo, depois de ouvido o comitê de credores – e na sua ausência a administração judicial -, estando autorizada a concessão de garantias, fidejussórias ou reais, desde que respeitadas garantias já previamente constituídas.

7. CRÉDITOS NÃO SUJEITOS AO PLANO.

Os titulares de Créditos Não Sujeitos ao Plano poderão optar por receber seus créditos na forma estabelecida para pagamento dos Credores da Classe III – credores quirografários, conforme a origem do seu crédito nos termos da respectiva subclasse, sujeita esta opção à aceitação da Recuperanda.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.

Os créditos tributários não são sujeitos à recuperação judicial, porém deve ser endereçada solução ao endividamento do mesmo. Desta forma, desde logo se informa, através do presente Plano, que dentre os meios de reestruturação constará a negociação do endividamento tributário, com as Fazendas Públicas e Procuradorias Fazendárias, de forma a obter solução a tal endividamento.

O endividamento tributário será equacionado através de negociações com as Fazendas Públicas e Procuradorias, buscando-se, na forma de legislação vigente, notadamente no que tange a parcelamentos especiais, com ou sem abatimento de dívida, bem como da possibilidade de realização de transação e negócio jurídico processual, a renegociação da dívida tributária.

9. EFEITOS DO PLANO.

A partir do exposto conclui-se que a aprovação do Plano e a consequente concessão do estado recuperacional gerará os seguintes efeitos:

8.1 Vinculação da Recuperanda e dos seus credores, assim como os seus sucessores e/ou cessionários a qualquer título, às obrigações aqui estabelecidas;

8.2 Novação de todas as dívidas e obrigações abarcadas pelo presente Plano. Importará, ainda, liberação de coobrigados, bem como na extinção e baixa das garantias reais e fidejussórias prestadas pela Recuperanda e/ou terceiros, em relação aos credores detentores das garantias, que votarem favoravelmente ao presente Plano, e /ou se absterem votar, ou ainda, não se fizerem presentes na votação deste Plano; os credores discordantes com relação à baixa e extinção de suas garantias deverão fazer ressalva expressa em ata no tocante a sua contrariedade quanto à presente disposição, caso contrário, independente de qual seja seu voto em relação ao Plano, caso este seja homologado, aplicar-se-á em relação a dito credor a presente disposição no que tange à baixa e extinção de garantias reais fidejussórias.

8.3 A suspensão de todas as ações e execuções movidas em desfavor da Recuperanda, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas e outras sociedade pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico, seus fiadores, avalistas e garantidores, até cumprimento integral do pagamento dos Créditos Sujeitos, conforme disposições constantes no presente Plano. Após o adimplemento total dos créditos, operar-se-á a extinção de todas as ações e execuções movidas em desfavor da Recuperanda, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas e outras

sociedade pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico, seus fiadores, avalistas e garantidores, isentando a Recuperanda e os seus sócios de toda e qualquer obrigação relacionada a tal dívida aqui abrangida e paga, gerando, assim, a quitação ampla e geral, bem como acarretando a liberação de toda e qualquer penhora e constrições existentes; acresce-se ao já exposto, que os credores reconhecem, desde logo, que o manejo da recuperação judicial pela Recuperanda se trata de exercício regular de direito, portanto, anuindo em não alegar a sujeição dos créditos à recuperação judicial como fundamento de responsabilização pessoal de terceiros que não a própria empresa Recuperanda, nem mesmo se valer da excussão de garantias reais ou fidejussórias de terceiros para recebimento dos créditos de forma diferente da prevista no presente Plano, de responsabilidade de adimplemento da própria empresa Recuperanda.

8.4. Com o pagamento dos créditos na forma estabelecida neste Plano, haverá a quitação automática, plena, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável, de toda a dívida sujeita ao Plano, incluindo juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os credores concursais não mais poderão reclamar tais obrigações contra a “Chesini” e seus respectivos diretores, sócios, acionistas, administradores, agentes, funcionários, representantes, sucessores e cessionários.

8.5 Uma vez aprovado o Plano, os credores concordam com a baixa de eventuais protestos e/ou inscrições nos cadastros de inadimplentes efetivadas em desfavor da Recuperanda, seus sócios e/ou garantidores, relativamente aos créditos inscritos no presente procedimento;

8.6 Como o presente Plano contempla como meios de recuperação, entre outros, a concessão de deságios e o alongamento das dívidas no tempo, para pagamento com geração de fluxo de caixa operacional das atividades da empresa Recuperanda, fluxo este que depende de seus ativos de forma geral, se dispõe que todos os ativos (presentes e que venham a ser adquiridos) da Recuperanda são afetos ao Plano, e indispensáveis tanto ao soerguimento da Recuperanda quanto ao cumprimento do Plano, devendo ser protegidos pelo processo recuperacional, sejam ativos permanentes (imobilizados ou intangíveis), ou mesmo ativos circulantes,

notadamente os operacionais, mas também os ativos circulantes de tesouraria necessários para a consecução das atividades empresariais ou para pagamento dos Créditos Sujeitos ao presente Plano.

8.7 Os Credores Sujeitos ao Plano poderão ceder seus créditos a outros credores ou a terceiros, e a cessão produzirá efeitos a partir da notificação à Recuperanda e ao Juízo Recuperacional, em conformidade com o Código Civil; o cessionário do Crédito Sujeito ao Plano será considerado, para todos os fins e efeitos, Credor Sujeito ao Plano.

O presente Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos do FRIGORÍFICO CHESINI S/A, bem como por profissionais legalmente habilitados.

Farroupilha/RS, 27 de outubro de 2023.

FRIGORÍFICO CHESINI S/A

HILARIO
CHESINI:0128
1429015

Assinado de forma
digital por HILARIO
CHESINI:01281429015
Dados: 2023.10.27
17:26:13 -03'00'

DIRETOR PRESIDENTE
HILÁRIO CHESINI

ALCINO
CHESINI:057
57517034

Assinado de forma
digital por ALCINO
CHESINI:05757517034
Dados: 2023.10.27
17:27:43 -03'00'

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
ALCINO CHESINI

MAGNO
MILANI:50
227190025

Assinado de forma
digital por MAGNO
MILANI:50227190025
Dados: 2023.10.27
17:28:14 -03'00'

DIRETOR EXECUTIVO
MAGNO MILANI

ROBERTO MARTINS
OAB/RS 62.109

ÂNGELA BONOTTO HOFFMANN PAIM
OAB/RS 73.223

PAULO EDUARDO NUNES
OAB/RS 95.520

LEONARDO MACHADO
CRA/RS 34.762



LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O presente documento visa atender as prerrogativas legais do art. 53 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas nº 11.101/2005, quanto a demonstração de sua viabilidade econômica e Laudo Econômico-financeiro do plano de recuperação judicial, do Processo nº 5037757-48.2023.8.21.0010/RS, que tramita na Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS, objetivando analisar a viabilidade da superação de crise pela empresa, conforme estabelecido no art. 47 da referida lei.

OUTUBRO DE 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	PROJETOS DA ADMINISTRAÇÃO	5
3	ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO	7
3.1	PASSIVO NÃO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	7
3.1.1	Passivo Tributário	7
3.1.2	Passivo com financiamentos	9
3.1.3	Créditos Ilíquidos	9
3.2	PASSIVO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL	10
3.2.1	Trabalhistas	10
3.2.2	Quirografários	10
3.2.3	ME-EPP	10
4	PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DE PASSIVO.....	11
4.1	PASSIVO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL	11
4.1.1	Credores Trabalhistas - Classe I.....	12
4.1.2	Credores Quirografários - Classe III	15
4.1.3	Créditos enquadrados como Classe IV	17
4.1.4	Quadro Resumo da Proposta de Pagamento	19
5	LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRO	20
5.1	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
5.1.1	Análise de Resultados	20
5.1.2	Análise de Indicadores	25
5.1.3	Análise Vertical, Horizontal e Avaliação Geral	26
5.2	PROJEÇÕES E PREMISSAS	28
5.2.1	Premissas Operacionais	28
5.2.2	Demonstrativos de Resultados Projetados	37
5.2.3	Demonstrativos de Fluxo de Caixa Projetados	38
5.3	ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA PROPOSTA	39
6	REFERÊNCIAS	41
7	ANEXO A – PLANILHAS DE PREMISSAS PROJEÇÕES FINANCEIRAS	42

1 INTRODUÇÃO

O Frigorífico Chesini S/A. foi fundado em 01/11/1968, em Vila Rica, Farroupilha/RS, pela família Chesini, inicialmente sob a razão social de Alcino Chesini & Irmãos Ltda., principiando suas atividades como típica empresa familiar, com criação e abate de frangos e criação e engorda de suínos.

A “Chesini” iniciou pequena, contando exclusivamente com mão-de-obra familiar. Em razão da qualidade do serviço realizado, houve expressivo crescimento empresarial, aumentando significativamente o número de abates, clientes e colaboradores, mantendo-se, contudo, a mesma atividade nuclear, qual seja, abate de frangos e criação de suínos.

Com o sucesso inicial do empreendimento identificou-se a necessidade de ampliação das instalações industriais. Em 1980 foi inaugurada a nova planta industrial que dispunha de toda a infraestrutura necessária para a atividade, tanto na parte de abate como na de refrigeração e congelamento do produto, bem como estrutural, com ampliação de vestiários, refeitório, oficina mecânica, balança, etc.

Seguindo sempre com o foco voltado para a atividade fim, em 1985 foi construída a fábrica de rações que atendia tanto a criação de frango quanto a criação e engorda de suínos. Em 1991 foi construída a nova Granja de Suínos, com capacidade para 6.000 suínos e em 2000 foi construída junto ao prédio do Frigorífico, a Fábrica de Subprodutos (Graxaria), que fechou assim todo ciclo de produção, uma vez que os produtos obtidos na graxaria são utilizados na produção da ração de frangos.

O ramo atual da empresa é de frigorífico avícola (criação, abate, produção e comercialização de carne de frangos). O mercado onde atua é o do Estado do Rio Grande do Sul, estando presente em todas as principais cidades, com comercialização feita através de venda direta, por intermédio de representantes e distribuidores.

A partir de 2021 a empresa passou a atuar, também, em nível nacional, objetivando a ampliação do mercado de atuação. Frisa-se que a requerente possui licença para comercializar seus produtos no Rio Grande do Sul – DIPOA2 - e em todo o território Nacional – SISBI3.

Em 07/06/2021 a requerente foi transformada em sociedade anônima de capital fechado, com foco na atração de novos acionistas/investidores.

Atualmente o frigorífico conta com 271 colaboradores e, por meio de seu sistema de fomento, mantém parceria com 76 criadores integrados, responsáveis pela engorda dos frangos, tendo grande importância no segmento em que atua, além de extrema relevância na comunidade onde se encontra instalada.

O Frigorífico Chesini possui fábrica própria, no endereço da matriz, situada numa área de 48.000 m², com 10.160 m² de área construída e um total de 35.000 m² de área útil.

A planta industrial é totalmente adaptada para produzir e comercializar produtos de qualidade no mercado gaúcho e nacional, adotando todas as práticas exigidas pelos órgãos fiscalizadores. A empresa reutiliza cerca 95% da água através de um moderno sistema de reaproveitamento, minimizando custos e atuando na preservação do meio ambiente.

Destaca-se que um dos diferenciais da empresa junto aos demais concorrentes do mesmo porte é que sua planta industrial é totalmente automatizada. Com uma linha de evisceração e uma sala de cortes automática, a qualificação e produtividade crescem significativamente.

A linha de produtos da “Chesini” é assim distribuída: resfriados, congelados, em bandejas e cortes de frango, além de frangos inteiros, miúdos, linguiça de carne de frango e mais recentemente a carne moída, todos resfriados e congelados, bem como CMS (carne mecanicamente separada) congelada.

Este histórico marcado pela atuação ininterrupta há mais de 50 anos, alçou a requerente a figurar entre as principais empresas que produzem carne de frango no Rio Grande do Sul, detendo 1,15% do consumo no mercado gaúcho, conforme dados da ASGAV4, além de ser uns dos principais empregadores do município de Farroupilha/RS, cuja população é de 69.885 pessoas.

2 PROJETOS DA ADMINISTRAÇÃO

Os projetos atuais da administração da empresa vão de encontro a reestruturação organizacional de suas atividades, tendo em vista o cenário adverso do seu segmento de atuação nos últimos anos, conforme apresentado no decorrer deste Laudo.

Neste intuito, a administração da empresa vem atuando nas seguintes frentes de reestruturação:

1. Redução do quadro de funcionários: Frente às dificuldades impostas pelo cenário macroeconômico do segmento avícola, e para a manutenção das atividades da empresa neste momento de ajustes, verificou-se a necessidade do desligamento de colaboradores. Portanto, ao longo dos últimos meses a administração vem monitorando o desempenho das atividades e enquadrando seu quadro de funcionários à realidade. Importante salientar que os desligamentos efetuados até o momento não comprometeram a produtividade mensal do frigorífico.
2. Terceirização da frota própria de logística da empresa, reduzindo as despesas com manutenção, seguros, e folha de pagamento (salários e encargos).
3. Compras com fornecedores: os resultados dos últimos anos tornaram necessários o aprimoramento de melhores condições negociais com fornecedores considerados como essenciais às operações da empresa. Neste ponto, a administração da empresa vem negociando de forma frequente com estes fornecedores, seja em condições de pagamento à vista ou melhores condições a prazo, se viável.
4. Lançamento de novos produtos: A empresa lançou em outubro/2023 a linha de produtos temperados (sobrecoxa, coxa, meio da asa). O objetivo, além de disponibilizar mais opções para os seus clientes, é alavancar o preço médio de venda dos produtos da empresa.
5. Para expansão das vendas a administração projeta, dependendo dos resultados atingidos nos próximos anos, a obtenção de licenciamentos

estratégicos para permitir que o frigorífico Chesini atenda mercados externos, ampliando seu mercado de atuação.

6. Ainda, para expansão das atividades, a administração da empresa projeta a construção de uma fábrica de embutidos. Esta fábrica permitiria ao frigorífico o aproveitamento integral da matéria-prima, ampliando o desenvolvimento de novos produtos, tais como: salsicha, mortadela, patê, linguiça calabresa, entre outros derivados.
7. Implementação de incubatório, permitindo a produção própria de pintos, garantindo melhor qualidade sanitária e continuidade de fornecimento.
8. Desmobilização de ativos: A administração da empresa está ciente que, se o cenário adverso se manter nos próximos meses, tornando comprometida a recuperação das margens do negócio, há a possibilidade de negociar seus ativos estratégicos para captação de recursos.

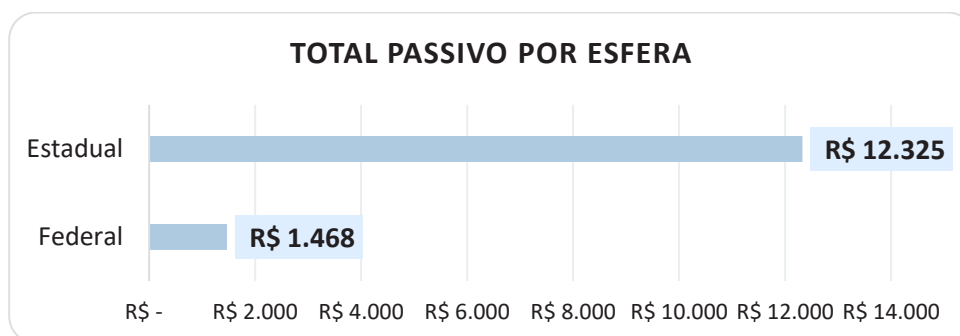
3 ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO

3.1 PASSIVO NÃO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Plano de recuperação judicial abrange somente os créditos verificados e habilitados conforme preconiza o art. 7º da Lei 11.101¹ de 2005. Porém, a empresa apresenta outros créditos que não farão parte deste plano e deste modificativo, que deverão ser negociados pela empresa. Sendo que, os recursos destinados para amortização destes créditos, caso sejam provenientes de alienação de ativos, somente poderão ser utilizados após quitação dos créditos trabalhistas.

3.1.1 Passivo Tributário

O passivo tributário apurado da empresa é de R\$ 13.792.657,09 (treze milhões, setecentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), com maior concentração em dívidas junto a parcelamentos assumidos com a Receita Estadual provenientes de ICMS, no qual perfazem a monta de 89% do passivo tributário. O restante da dívida tributária pertence às obrigações previdenciárias junto a RFB, no qual perfazem 11% do endividamento:



Valores em R\$ mil
Fonte: balancetes da empresa
Elaboração: Tarvos Partners

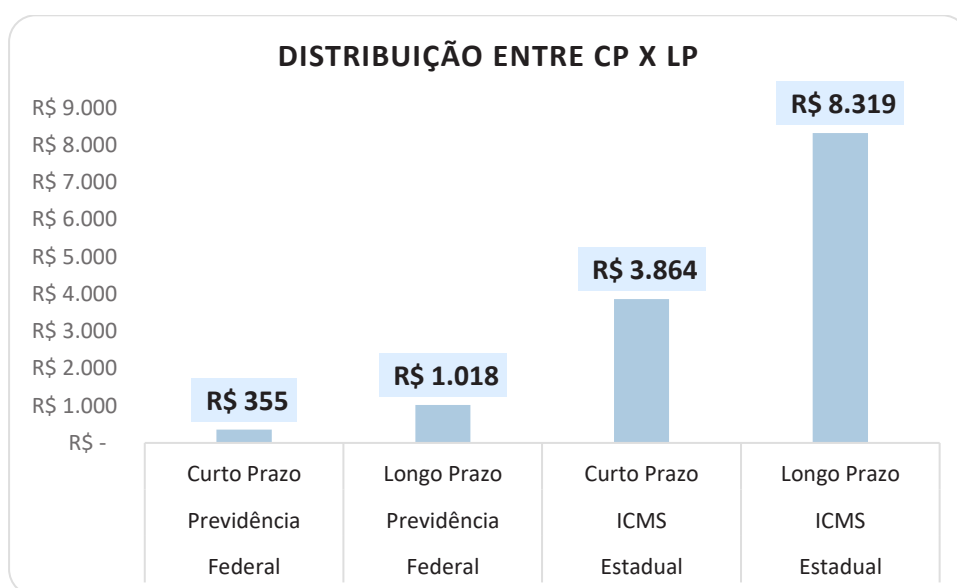
¹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm

Na segregação entre curto (até doze meses) e longo prazos (acima de doze meses) contábeis, a distribuição do valor referente às obrigações tributárias é apresentada na tabela e nos gráficos a seguir:

Posição contábil em agosto/23:

Nº conta	Descrição	Valor
21030100000	Impostos e Contribuições a Recolher (CP)	4.456.244
22020200000	Impostos e Contribuições a Recolher (LP)	9.336.414
Total		13.792.657

A esfera e natureza dos impostos e contribuições, segregados entre curto e longo prazos:



Valores em R\$ mil
Fonte: balancetes da empresa
Elaboração: Tarvos Partners

Conforme exposto, percebe-se que 98% do valor do grupo de impostos e contribuições pertencem à parcelamentos firmados junto às esferas estadual e federal.

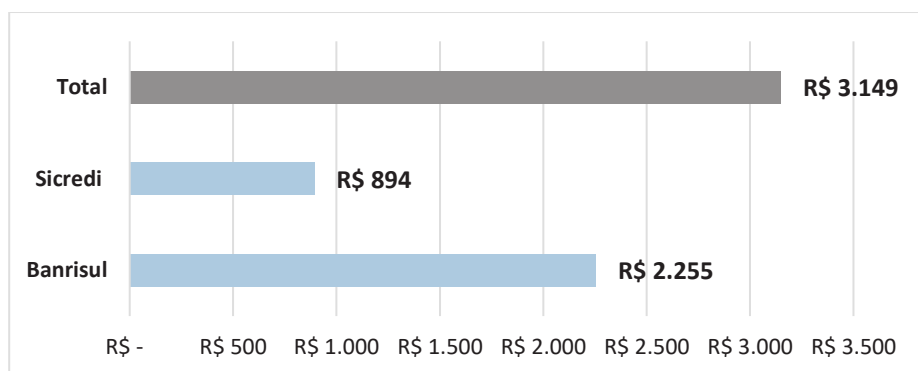
Do total dos parcelamentos – R\$ 13.556 milhões – 90% pertence à esfera estadual e refere-se aos parcelamentos firmados para ICMS. O restante, 10%, decorre de parcelamentos previdenciários ativos (CPRB e INSS).



A empresa estabelece como premissa para a regularização tributária a adesão ao plano de pagamento previsto da Lei 14.112/2020², que modifica a Lei 11.105/2005, permitindo possibilidades mais atrativas à Recuperanda.

3.1.2 Passivo com financiamentos

Na presente data deste laudo, o passivo não sujeito referente às instituições financeiras apresenta a monta de **R\$ 3.149.370**, distribuídos conforme abaixo:



Em R\$ mil

Em decorrências das garantias contratuais firmadas entre a Recuperanda e estas instituições – nos termos do art. 49 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas³ - este montante não estará sujeito aos efeitos da recuperação judicial.

3.1.3 Créditos Ilíquidos

Todos os créditos decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas, firmadas anteriormente à data do pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ou que sejam objeto de disputa judicial ou procedimento arbitral em andamento, também serão novados por este plano, ficando totalmente sujeitos aos efeitos deste Plano e da Recuperação Judicial, nos termos do art. 49 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas, de forma que, se aplicável, o saldo credor a ser liquidado estará sujeito aos valores, termos e condições previstas no plano, iniciando a contagem dos prazos de pagamento após tais valores se tornarem líquidos.

² Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14112.htm

³ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm

3.2 PASSIVO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Os créditos sujeitos a recuperação judicial, distribuídos em três classes, até a presente data deste laudo, totalizavam 309 (trezentos e nove) credores, perfazendo a monta de **R\$ 48.884.931,64 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta quatro mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos)**, distribuídos nas classes abaixo e nominadas conforme seus respectivos valores.

3.2.1 Trabalhistas

Os créditos trabalhistas, classificados como Classe I, até a presente data de apresentação deste laudo, totalizavam 31 credores, que perfazem a monta de **R\$ 1.857.588,19 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos)**.

3.2.2 Quirografários

Os créditos quirografários (Classe III), até a presente data de apresentação deste laudo, totalizavam 191 credores, com a monta de créditos em **R\$ 46.355.671,43 (quarenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)**. Esta classe de credores é composta, em sua maioria, por fornecedores e instituições financeiras

3.2.3 ME-EPP

Os créditos enquadrados na Classe IV, até a presente data de apresentação deste laudo, totalizavam 87 credores, com a monta de créditos em **R\$ 671.672,02 (seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e dois reais e dois centavos)**. Esta classe de credores é composta por fornecedores enquadrados nas categorias de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP).

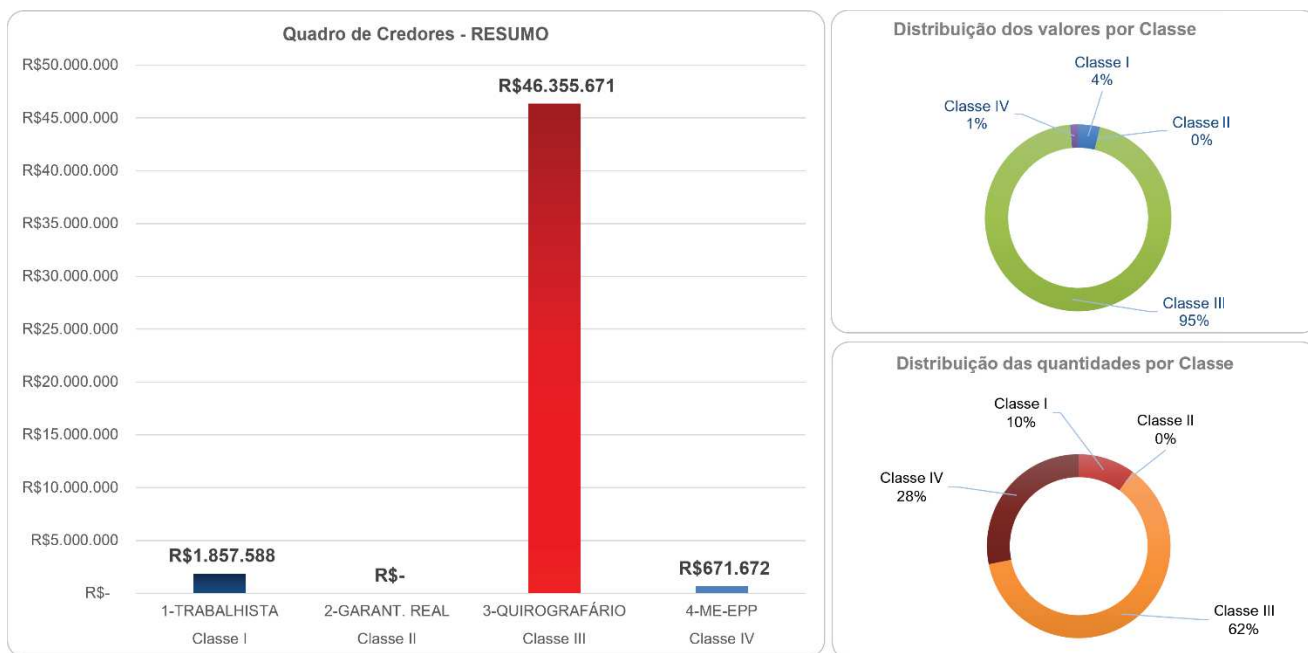
4 PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DE PASSIVO

4.1 PASSIVO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A composição do passivo a ser reestruturado é apresentado no quadro a seguir:

Classe	Tipo	Valor (R\$)	% VLR	QTD	% QTD
Classe I	1-TRABALHISTA	R\$ 1.857.588	4%	31	10%
Classe II	2-GARANT. REAL	R\$ -	0%	-	0%
Classe III	3-QUIROGRAFÁRIO	R\$ 46.355.671	95%	191	62%
Classe IV	4-ME-EPP	R\$ 671.672	1%	87	28%
(=) TOTAL		R\$ 48.884.932	100%	309	100%

A grande concentração de valor encontra-se na Classe III, a de quirografários (95% do total). Para as classes restantes, a Classe I responde por 4% dos valores habilitados, e a Classe IV por 1%.



Valores em R\$

A proposta de plano de pagamentos visa viabilizar a quitação do passivo, considerando sua geração de caixa para os anos previstos no presente Laudo, considerando prazos, carência, juros e correções por ele estabelecidos, de forma a garantir a recuperação da empresa e a continuidade da atividade empresarial.

4.1.1 Credores Trabalhistas - Classe I

A proposta de quitação para a classe trabalhista para valores, por credor, levando em consideração os limites e restrições apresentados na Lei 11.101/2005, se dará nas seguintes condições:

A. Subclasse A: Credores de Verbas Rescisórias e de Pensão Alimentícia

Cujo crédito seja decorrente de verbas rescisórias inadimplidas e de pensão alimentícia, serão pagos conforme uma das opções abaixo

Opção A:

- i. **Carência Total:** Não haverá carência;
- ii. **Prazo:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- iii. **Deságio:** Não haverá deságio;
- iv. **Correção Monetária:** Não haverá correção;
- v. **Parcelas:** Os pagamentos desta classe serão feitos em 12 parcelas mensais e sucessivas.

Opção B:

- i. **Carência Total:** Não haverá carência;
- ii. **Prazo:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- iii. **Deságio:** 30% (trinta por cento) de deságio;
- iv. **Correção Monetária:** Não haverá correção;
- v. **Parcelas:** Os pagamentos desta classe serão feitos em 12 parcelas mensais e sucessivas.

B. Subclasse B: Demais credores

Os demais credores trabalhistas serão pagos conforme uma das opções abaixo:

Opção A:

- i. **Carência Total:** Não haverá carência;
- ii. **Prazo:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- iii. **Deságio:** Não haverá deságio;
- iv. **Correção Monetária:** Não haverá correção;
- v. **Parcelas:** Os pagamentos desta classe serão feitos em 12 parcelas mensais e sucessivas.

Opção B:

- i. **Carência Total:** Não haverá carência;

- ii. **Prazo:** em até 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- iii. **Deságio:** 30% (trinta por cento) de deságio;
- iv. **Correção Monetária:** Não haverá correção;
- v. **Parcelas:** Os pagamentos desta classe serão feitos em 12 parcelas mensais e sucessivas.

Os credores da Classe I – Subclasse A e Subclasse B, deverão escolher uma das opções para o recebimento, de acordo com detalhamento mencionado no Plano de Recuperação Judicial.

Vale mencionar que, para as projeções apresentadas nesse laudo, foram projetados desembolsos considerando que 100% dos credores, da Classe I, receberão pelas opções A, visto que não há como mensurar a adesão dos credores pela opção A ou opção B, e essa representa uma posição mais conservadora no que diz respeito a projeção de saldo de caixa da Recuperanda.

4.1.2 Credores Quirografários - Classe III

A classe de credores quirografários, conforme mencionado, é composta por 191 credores, na monta de R\$ 46.355.671, o que representa 95% do quadro de credores, enquadrados no inciso III do art. 41 da LRFE.

A proposta de quitação para a classe quirografária, levando em consideração os limites e restrições apresentados na Lei 11.101/2005, através de 2 (duas) subclasses:

A. Subclasse A: Credores Apoiadores Integrados

Serão considerados Credores Apoiadores Integrados, aqueles para os quais a empresa fornece os pintos, a ração, a assistência técnica sendo os mesmos responsáveis pela engorda dos pintos até o abate, e, que atendam aos critérios apresentados no Plano de Recuperação Judicial do Frigorífico Chesini.

Para a presente classe, a proposta de pagamento está especificada abaixo:

- i. **Carência Total:** Sem carência
- ii. **Prazo:** Os referidos créditos serão pagos em até 72 (setenta e dois) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- iii. **Deságio:** sem deságio;
- iv. **Correção Monetária:** Taxa Referencial (TR) – Primeiro dia do mês, emitida pelo Banco Central⁴, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- v. **Parcelas:** Os pagamentos desta classe serão feitos em 72 parcelas mensais e sucessivas.

⁴ Disponível em <https://www.bcb.gov.br/>, Estatísticas, Séries Temporais (SGS), cód. 7811

B. Subclasse B: Demais credores

Para demais credores da Classe III

- i. **Carência Total:** 36 (trinta e seis) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- ii. **Prazo:** Os referidos créditos serão pagos em até 132 (cento e trinta e dois) meses, a partir do 30º (trigésimo) dia do término do prazo de carência;
- iii. **Deságio:** 70% (setenta por cento);
- iv. **Correção Monetária:** Taxa Referencial (TR) – Primeiro dia do mês, emitida pelo Banco Central⁵, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- v. **Juros remuneratórios:** Os créditos que se enquadrarem nesta classe terão juros anuais remuneratórios estipulados em 4% (quatro por cento), contados a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- vi. **Parcelas:** Os pagamentos serão feitos em 132 parcelas mensais de sucessivas, a partir do 30º (trigésimo) dia do término do prazo de carência;

⁵ Disponível em <https://www.bcb.gov.br/>, Estatísticas, Séries Temporais (SGS), cód. 7811

4.1.3. Créditos enquadrados como Microempresa ou empresa de pequeno porte - Classe IV

Para a presente classe, a proposta de pagamento está especificada abaixo:

A: Subclasse A

Todos os credores da Classe IV, detentores de créditos no **valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**

- i. **Carência Total:** 12 (doze) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial.
- ii. **Prazo:** Os referidos créditos serão pagos em até 12 (doze) meses, a contar a partir do 30º (trigésimo) dia do término do prazo de carência;
- iii. **Deságio:** Sem deságio
- iv. **Correção Monetária:** Taxa Referencial (TR) – Primeiro dia do mês, emitida pelo Banco Central⁶, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- v. **Parcelas:** Os pagamentos serão feitos em parcelas mensais, iguais e consecutivas, ocorrendo o primeiro a contar a partir do 30º (trigésimo) dia do término do prazo de carência estipulado.

⁶ Disponível em <https://www.bcb.gov.br/>, Estatísticas, Séries Temporais (SGS), cód. 7811

B: Subclasse B

Todos os demais credores da Classe IV, detentores de créditos **superiores ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais e um centavo):**

- i. **Carência Total:** 24 (vinte e quatro) meses, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial.
- ii. **Prazo:** Os referidos créditos serão pagos em até 60 (sessenta) meses, a contar a partir do 30º (trigésimo) dia do término do prazo de carência;
- iii. **Deságio:** 20% (vinte por cento);
- iv. **Correção Monetária:** Taxa Referencial (TR) – Primeiro dia do mês, emitida pelo Banco Central⁷, a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial;
- v. **Juros remuneratórios:** Os créditos que se enquadrarem nesta classe terão juros anuais remuneratórios estipulados em 4% (quatro por cento), a contar a partir da data da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial
- vi. **Parcelas:** Os pagamentos serão feitos em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento a contar a partir do 30º (trigésimo) dia do término do prazo de carência estipulado.

⁷ Disponível em <https://www.bcb.gov.br/>, Estatísticas, Séries Temporais (SGS), cód. 7811

4.1.4 Quadro Resumo da Proposta de Pagamento

Com base nas propostas apresentadas para as classes de credores relacionados, o quadro resumo do plano proposto demonstra a provisão de saldo, após a aplicação de deságio, de R\$ 17.181 milhões, e saldo consolidado para amortização de R\$ 18.905 milhões, após aplicação de encargos durante período de carência:

TABELA – Propostas e Balanço de pagamento

PROPOSTA 1 - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO PRICE						
Classe / Sub	Critério	Valores-R\$	Deságio	Carência (M)	PGTO (A)	Tx J.+Cor
Classe I		1.857.588	0%	-	1	0% a.a.+TR
Classe II		-	0%	-	-	0% a.a.+TR
Classe III		46.355.671	68%	35	6	4% a.a.+TR
Créditos Quirografários		46.355.671	68%	35	11	4% a.a.+TR
1-Subcl. "A"	FORNECEDORES	1.204.712	0%	-	6	0% a.a.+TR
2-Subcl. "B"	FORNECEDORES	45.150.960	70%	36	11	4% a.a.+TR
Classe IV		671.672	15%	24	1	0% a.a.+TR
1-Subcl. "A"	Até R\$ 10.000	181.447	0%	12	1	0% a.a.+TR
2-Subcl. "B"	Acima R\$ 10.000	490.225	20%	24	5	4% a.a.+TR
(=) Total		48.884.932	64,9%			
Consolidação de Valores - Deságio e Carência						
Classe	Carência	VL com Deságio	Juros Carência	Consolidação	Amort	J. Efet.
Classe I	0	1.857.588	-	1.857.588	12	0,00% a.p.
Classe II	0	-	-	-	-	0,00% a.p.
Classe III	35	14.750.000	1.691.319	16.441.319	72	4,00% a.p.
Créditos Quirografários		14.750.000	1.691.319	16.441.319	127	0,30% a.p.
1-Subcl. "A"	0	1.204.712	-	1.204.712	72	0,03% a.p.
2-Subcl. "B"	36	13.545.288	1.691.319	15.236.607	132	0,33% a.p.
0	0	-	-	-	-	0,00% a.p.
0	0	-	-	-	-	0,00% a.p.
Classe IV	24	573.627	32.728	606.355	3	0,03% a.p.
1-Subcl. "A"	12	181.447	726	182.173	12	0,03% a.p.
2-Subcl. "B"	24	392.180	32.002	424.182	60	0,33% a.p.
0	0	-	-	-	-	0,00% a.p.
(=) Total		17.181.215	1.724.047	18.905.261		
Balanço de Pagamento - Anual						
Período	PMT (A)	Juros	Amort	Pagamento	Balanço	PMT (M)*
0 Ano	0,00	0,00	0,00	0,00	18.905.261,40	0,00
1 Ano	(2.060.821,51)	(562.671,03)	(2.056.374,99)	2.056.374,99	16.848.886,40	(171.735,13)
2 Ano	(385.800,17)	(583.844,27)	(381.754,57)	2.438.129,56	16.467.131,83	(32.150,01)
3 Ano	(296.812,64)	(604.140,19)	(278.695,79)	2.716.825,35	16.188.436,05	(24.734,39)
4 Ano	(2.004.962,34)	(592.552,67)	(1.412.409,68)	4.129.235,02	14.776.026,37	(167.080,20)
5 Ano	(2.004.962,34)	(543.298,82)	(1.461.663,52)	5.590.898,54	13.314.362,85	(167.080,20)
6 Ano	(2.004.962,34)	(492.103,80)	(1.512.858,54)	7.103.757,09	11.801.504,31	(167.080,20)
7 Ano	(1.801.729,02)	(439.262,38)	(1.362.466,63)	8.466.223,72	10.439.037,67	(150.144,08)
8 Ano	(1.708.149,70)	(386.467,19)	(1.321.682,51)	9.787.906,23	9.117.355,16	(142.345,81)
9 Ano	(1.708.149,70)	(333.599,89)	(1.374.549,81)	11.162.456,04	7.742.805,35	(142.345,81)
10 Ano	(1.708.149,70)	(278.617,90)	(1.429.531,80)	12.591.987,84	6.313.273,55	(142.345,81)
11 Ano	(1.708.149,70)	(221.436,62)	(1.486.713,07)	14.078.700,92	4.826.560,48	(142.345,81)
12 Ano	(1.708.149,70)	(161.968,10)	(1.546.181,60)	15.624.882,52	3.280.378,88	(142.345,81)
13 Ano	(1.708.149,70)	(100.120,84)	(1.608.028,86)	17.232.911,38	1.672.350,02	(142.345,81)
14 Ano	(1.708.149,70)	(35.799,68)	(1.672.350,02)	18.905.261,40	0,00	(142.345,81)
15 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
16 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
17 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
18 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
19 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
20 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
21 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
22 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
23 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
24 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
25 Ano	0,00	(0,00)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00
(=) TOTAL	(22.517.098,26)	(3.611.836,86)	0,00	18.905.261,40	0,00	0,00

5 LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRO

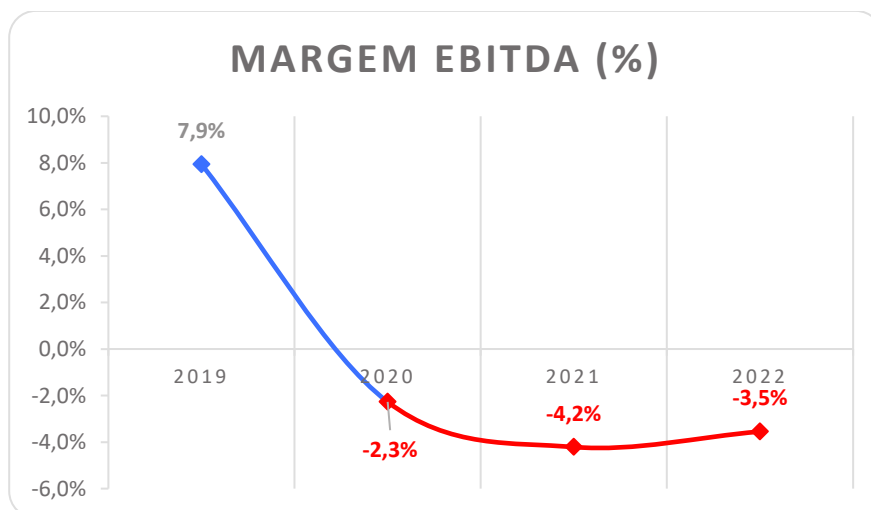
5.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações é um instrumento que possibilita o conhecimento de evolução, desempenho e performance do negócio, através de uma modelagem mundialmente conhecida, sobre os valores dos elementos patrimoniais e suas inter-relações, para avaliação da continuidade financeira e operacional da empresa.

5.1.1 Análise de Resultados

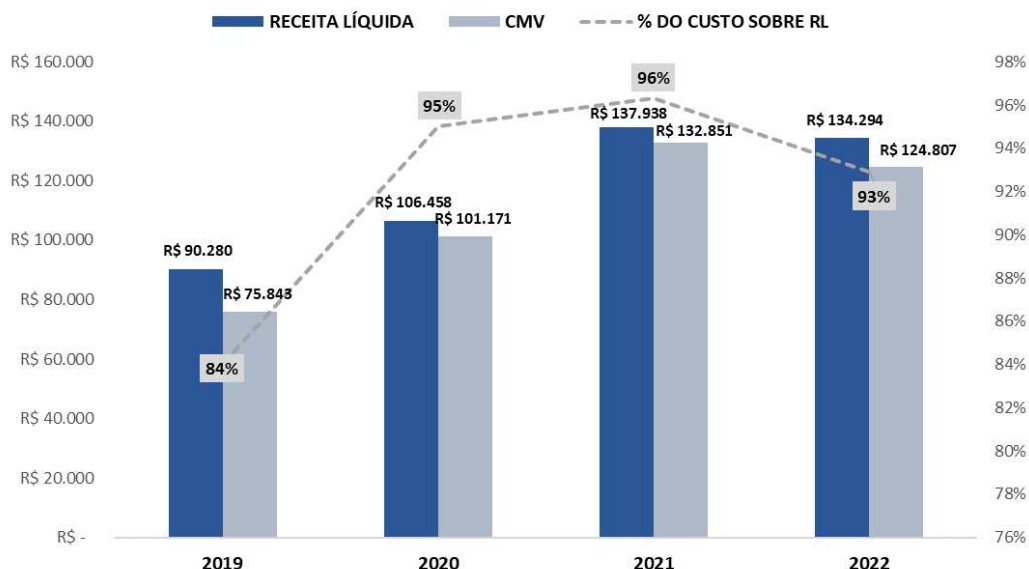
O Frigorífico Chesini, em sua evolução dos resultados, registra uma redução substancial de suas margens. A empresa apresenta resultados negativos e prejuízos desde o início do período de análise deste Laudo.

A desaceleração em virtude do aumento dos custos no período de pandemia fica evidente para o Frigorífico Chesini. Verificou-se uma redução expressiva no EBITDA da empresa, passando de 7,9% em 2019 para -3,5% em 2022. O gráfico abaixo apresenta a evolução deste indicador nos últimos anos:



Fonte: DRE da empresa
Elaboração: Tarvos Partners

No comparativo entre receita líquida e custo de produção, percebe-se que, mesmo que a receita líquida tenha apresentado evolução ao longo dos anos, o custo de produção acompanhou este crescimento, chegando a 96% da receita líquida no ano de 2021.



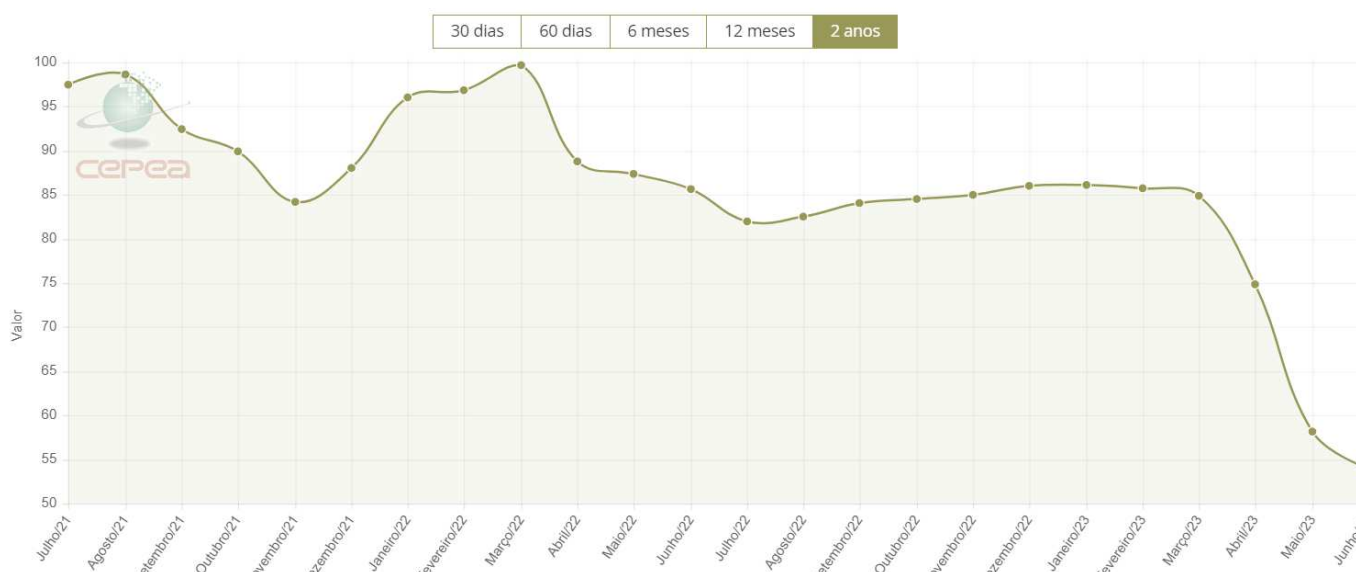
Em R\$ mil
Fonte: DRE da empresa
Elaboração: Tarvos Partners

A elevação do custo de produção decorre, principalmente, pela flutuação de valor de cotação do milho, e responde por cerca de 60% do custo total de produção da empresa.

O gráfico⁸ abaixo apresenta a evolução da cotação da saca de milho (60kgs), entre 2021 e maio/23:

⁸ Elaborado por Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada Departamento de Economia, Administração e Sociologia ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz USP - Universidade de São Paulo Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/milho.aspx>

INDICADOR DO MILHO ESALQ/BM&FBOVESPA



De acordo com o gráfico apresentado, a cotação da saca de milho de 60kgs permaneceu na faixa de R\$ 85 a R\$ 100 entre 2021 e 2023, período no qual os indicadores de lucratividade do Frigorífico Chesini apresentaram deterioração expressiva.

O repasse deste aumento de custo não é absorvido imediatamente pelo mercado em que atua, e o segmento aviário apresenta concorrência agressiva por preço para o cliente final.

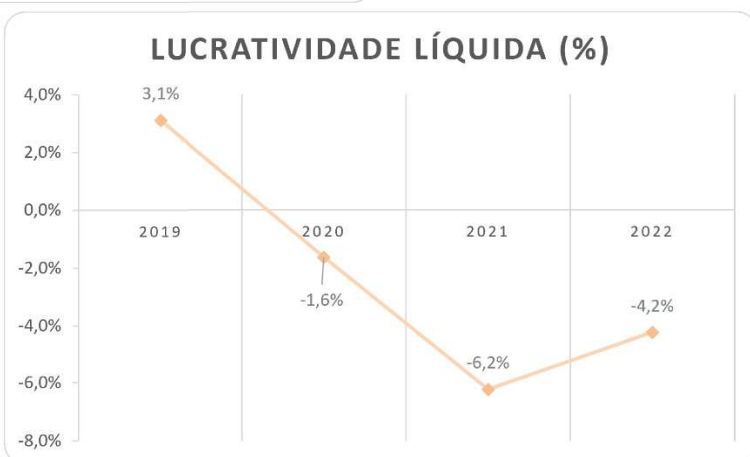
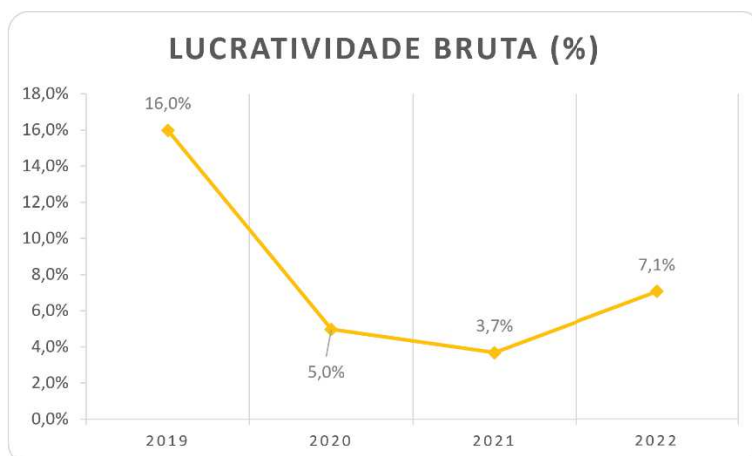
Neste cenário, o resultado da empresa foi impactado significativamente no período em análise, sendo necessário captar financiamentos (em período de encarecimento de crédito) para manter as operações.

As próximas análises evidenciam o cenário descrito acima.

Os indicadores de lucratividade da empresa, apresentados na tabela e nos gráficos abaixo, evidenciam de forma clara a deterioração nos índices entre 2019 e 2022.

ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS	
ÍNDICES DE RENTABILIDADE	
Lucratividade bruta	= $\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$
Lucratividade operacional	= $\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$
Lucratividade líquida	= $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$

Apuração dos indicadores:



Fonte: DRE da empresa
Elaboração: Tarvos Partners

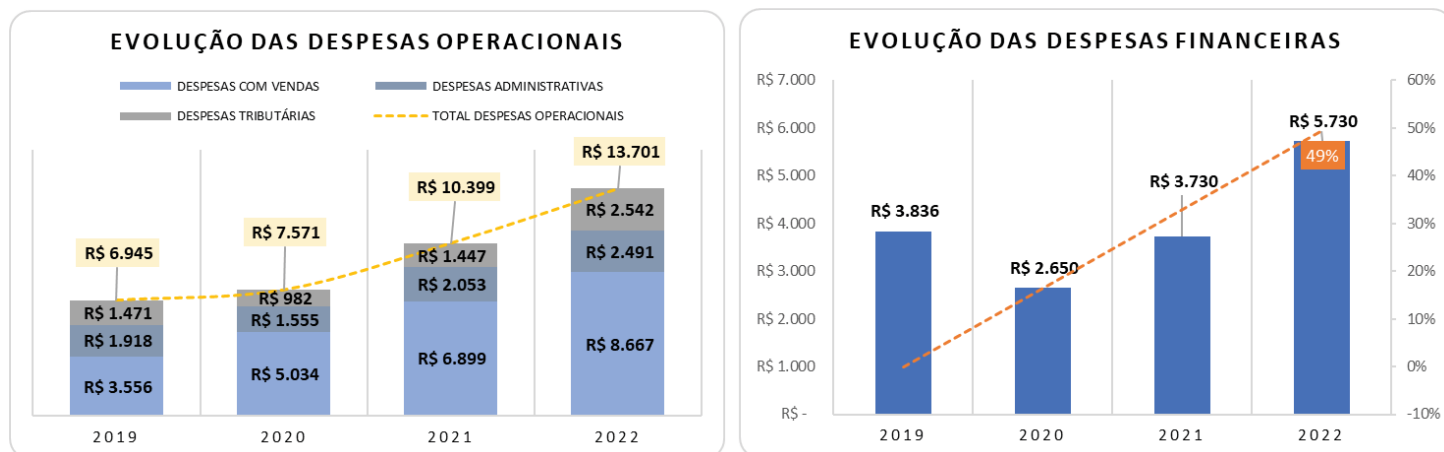
O primeiro indicador - lucratividade bruta - demonstrou queda de 16% em 2019 para 7,1% em 2022, ficando claro o aumento dos custos diretos para viabilizar a produção da empresa.

Os demais indicadores apresentados também expressam a mesma tendência do primeiro: queda expressiva entre 2019 e 2022.

Em complemento ao indicador de lucratividade bruta, no qual é calculado após os efeitos dos impostos e dos custos de produção, o indicador de lucratividade operacional incorpora, além dos impostos e dos custos, os resultados das despesas operacionais (despesas com vendas, administrativas e tributárias). Por fim, o terceiro indicador, lucratividade líquida, incorpora o resultado líquido do grupo financeiro (receitas financeiras deduzidas das despesas financeiras), bem como o dos impostos apurados sobre o lucro líquido no período.

Portanto, na análise consolidada destes indicadores, temos o cenário completo da evolução da rentabilidade da empresa entre 2019 e 2022.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução das despesas operacionais e do resultado financeiro no período em análise:



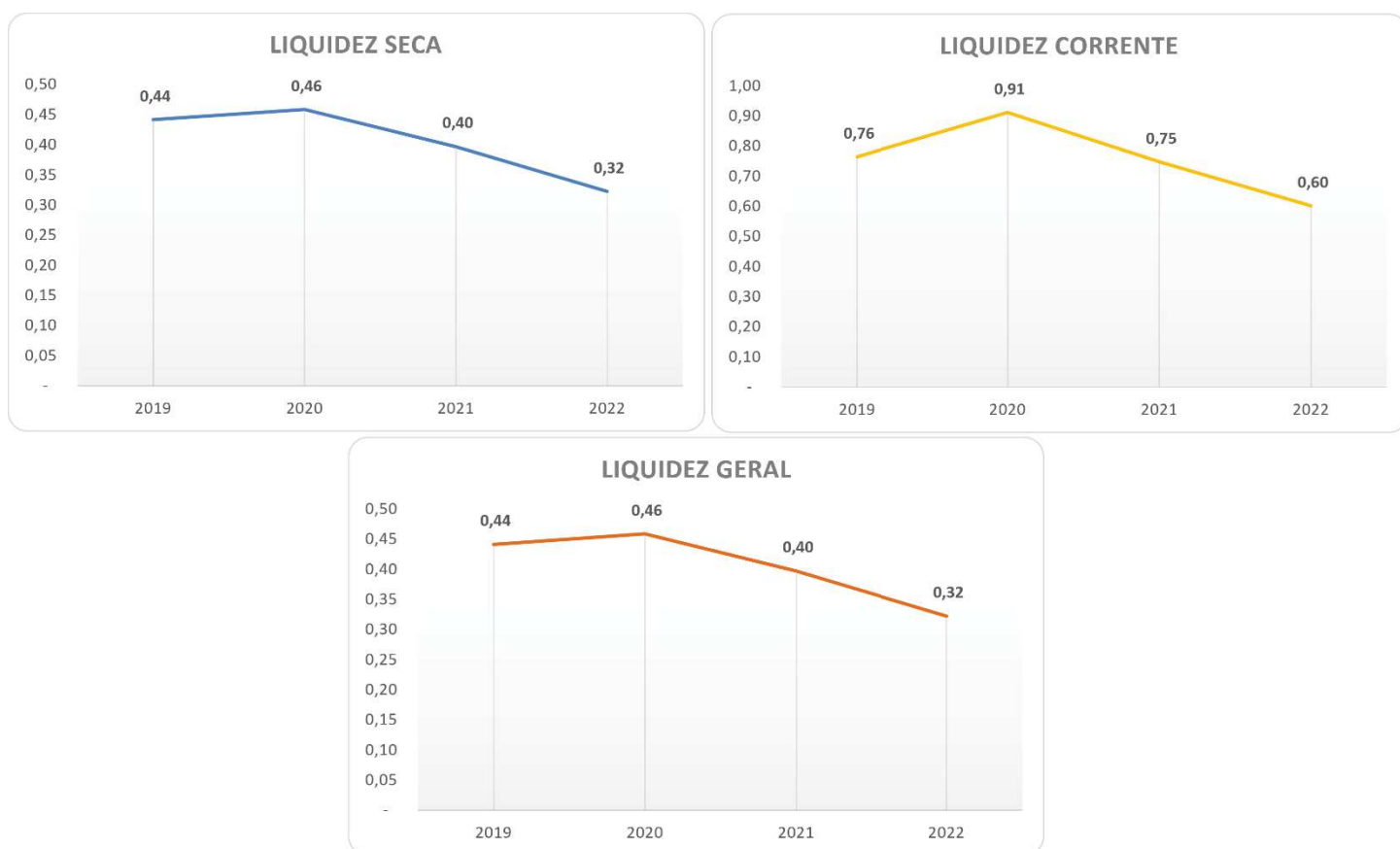
Dentre as despesas, observa-se o aumento expressivo do grupo de despesas operacionais entre 2019 e 2022, passando de R\$ 6.9 MM para R\$ 13.7 MM, alavancados pelas despesas com fretes e comissões no grupo de despesas com vendas.

No resultado financeiro, as despesas financeiras apresentaram elevação de 49% entre 2019 e 2022, evidenciando a necessidade de obtenção de financiamentos para manutenção das atividades da empresa.

5.1.2 Análise de Indicadores

Conforme evolui a deterioração dos resultados, os índices de liquidez da empresa são comprometidos. A liquidez seca, que analisa relação dos ativos circulantes com o passivo circulante, retirando a interferência dos estoques, apresenta índice de 0,32 em 2022. Tal índice demonstra que, para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa possui R\$ 0,32 de ativos para quitação em 2022.

O outro indicador, liquidez corrente, no qual analisa a razão entre o ativo e passivo circulantes, incluindo o saldo em estoque no ativo, apresenta índice de 0,60 em 2022. Seguindo a mesma interpretação do parágrafo anterior, para cada R\$ 1,00 em dívida, a empresa possui R\$ 0,60 de ativos para liquidação desta dívida.



Por fim, o indicador de liquidez geral analisa a capacidade de pagamento do total do passivo pelo total de ativos da empresa. Em 2022, este indicador encontra-se em 0,32, ou seja, inferior a um. Isso demonstra que o total de ativos da empresa, na data em análise, seria insuficiente para honrar os compromissos financeiros firmados.

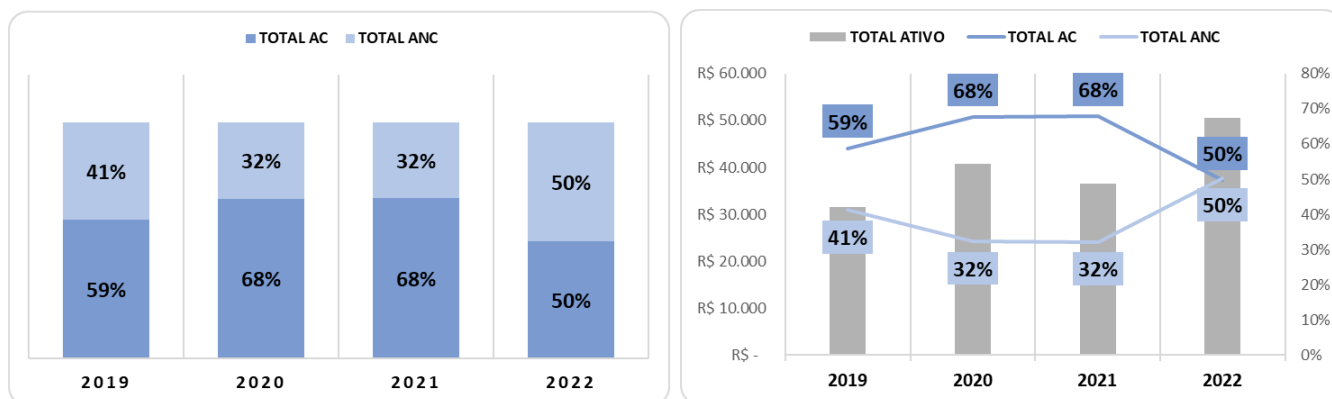
Neste nível de endividamento, a resolução do passivo passa necessariamente pela geração de caixa da empresa, atualmente negativa, tendo em vista que a relação entre ativo e passivo é inferior a um.

Os montantes apurados nos ativos e passivos determinam o nível de dificuldade enfrentado pela empresa e as possíveis alternativas de ações a serem implantadas para regularização e solvência do negócio.

5.1.3 Análise Vertical, Horizontal e Avaliação Geral

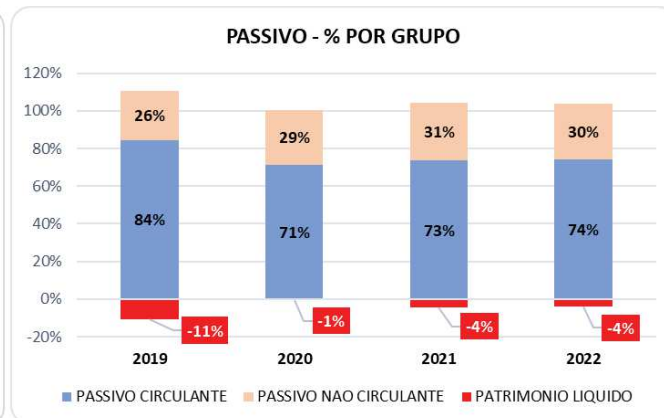
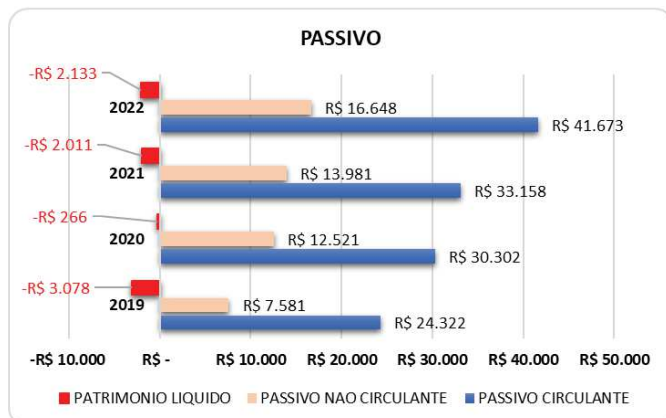
A distribuição do ativo da empresa - entre circulante e não circulante - apresentou tendência de manutenção dos % de participação sobre o total do ativo ao longo do período em análise. Na média, o ativo circulante respondeu por 66% do total do ativo. Já o não circulante, por 34%.

Em 2022, a elevação do % de participação do ativo não circulante decorre do impacto da contabilização de impostos diferidos em 2022, sendo este no valor de R\$ 13.8 milhões.



Já o modelo de financiamento adotado pela empresa subsidiou-se em fontes de curto prazo, apresentando uma média de 76% de representatividade do passivo circulante em relação ao total do passivo.

Já o patrimônio líquido, no período em análise, encontra-se a descoberto, tendo em vista os prejuízos contábeis incorridos nos últimos anos.



5.2 PROJEÇÕES E PREMISSAS

5.2.1 Premissas Operacionais

A elaboração das projeções será pautada pelas premissas de vendas futuras, as deduções e custos de mercadorias vendidas, os gastos com pessoal, administração e comercial, assim como as despesas financeiras e depreciação. Também foram considerados gastos de CAPEX para evolução e manutenção das atividades empresariais ao longo dos anos, período previsto para quitação total do plano de pagamento apresentado neste modificativo.

Neste sentido, as premissas apresentadas são:

RECEITAS

As projeções de crescimento da receita estão atreladas às oscilações de mercado do segmento de atuação.

O segmento de proteína animal, neste caso em específico o segmento aviário, apresenta grande sensibilidade em relação à cotação internacional do milho – principal insumo utilizado no ciclo de criação do frango – bem como aos cenários econômicos internacionais (flutuações das commodities, como o milho) quanto nacional (inflação doméstica, taxa de juros, taxa de câmbio etc.).

Portanto, para as projeções de receita, utilizou-se os seguintes critérios:

- Para 2024, a administração da empresa projeta um preço médio viável de R\$ 9,20.
- Entre 2025 e 2025, preço médio de R\$ 9,50.
- A partir de 2028 em diante, preço médio de R\$ 9,65.

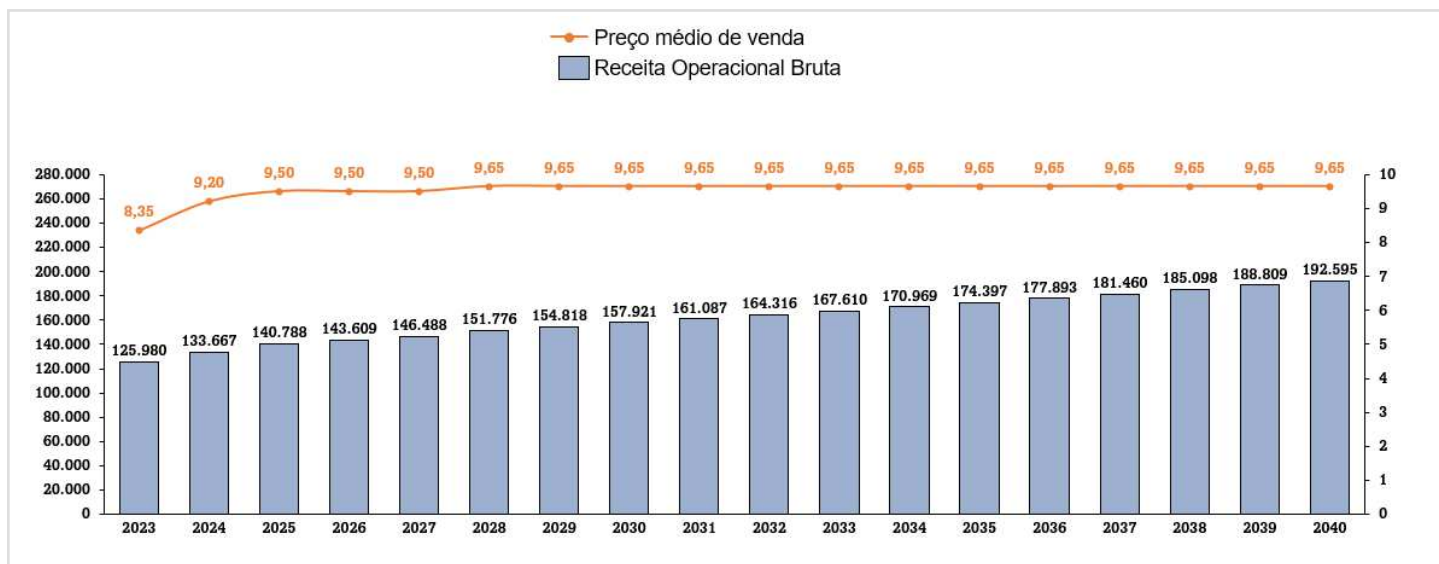
Optou-se por projetar os preços médios de venda da empresa no intervalo de R\$ 9,00 – R\$ 10,00 de forma conservadora, pois entende-se que alterações de mix de produtos (com o intuito de alavancar o preço médio) não são percebidas pelo mercado de forma tempestiva e, ao mesmo tempo, a concorrência estará atenta para captar os clientes dos concorrentes para ofertar preços mais atrativos.

Portanto, projetar os cenários com preços médios de venda na faixa mencionada acima é coerente com o histórico da empresa e com o segmento em que atua.

Em relação a quantidade de abates diários, o cenário utilizado para 2023 e 2024 é o conservador da empresa nos últimos anos: até 30.000 abates/dia.

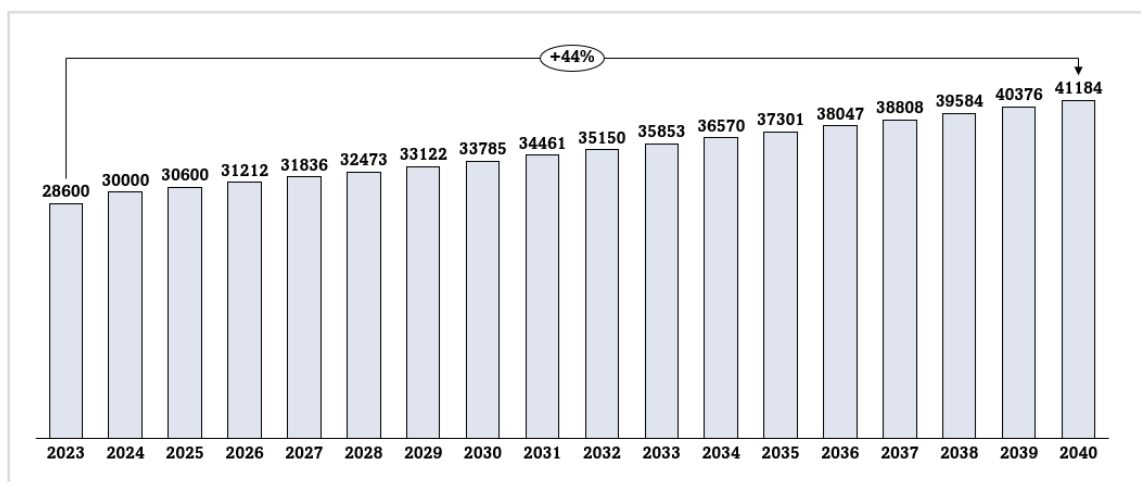
A partir de 2025, projetou-se um crescimento médio deste volume de 2% ao ano.

Com base no descrito, a projeção de faturamento ao longo do tempo é a seguinte (em R\$ mil):



O aumento do faturamento da empresa ao longo da projeção é baseado no aumento do volume de produção, e não ao preço médio de venda, tendo em vista que é um segmento de grande concorrência e a demanda não absorverá esse preço médio mais elevado de forma imediata; ela negociará com a concorrência.

Portanto, é no aumento do volume de produção que será possível gerar resultados crescentes no longo prazo, conforme apresentado no gráfico abaixo:



Evolução de abates diários
Elaboração: Tarvos Partners

DEDUÇÕES DAS RECEITAS – IMPOSTOS E DEVOLUÇÕES

As projeções adotadas para dedução das receitas foram com base na aplicação de percentual de 6,33% sobre a receita operacional bruta, no qual representa a média verificada entre janeiro-agosto/23 (líquida de impostos), tais como: ICMS, PIS, Cofins e INSS.

Atualmente a empresa atua com o regime fiscal de Lucro Real.

Para as devoluções, utilizou-se a média verificada no mesmo período mencionado no parágrafo anterior, sendo o percentual de 0,65% sobre a receita operacional bruta.

CUSTOS DE PRODUTOS VENDIDOS

Para realização das projeções dos custos de produção, foi elaborada a análise histórica entre 2019 e 2022 (% de custo em relação à receita bruta), chegando ao percentual médio de 85%. Sabe-se que entre 2020-2022 o preço do milho chegou a patamares recordes em decorrência do contexto global de pandemia, inflação e guerra da Ucrânia. Neste contexto, adotar o percentual médio de 85% como referência não seria coerente para as projeções futuras da empresa.

A cotação do milho somente iniciou a sua retração a partir de março/23, com os reflexos desta queda dos preços sentidos internamente no frigorífico a partir de junho/23.

Portanto, em condições coerentes com o passado da empresa – desconsiderando estes eventos de desequilíbrio global de preços - e conforme verificado junto à administração, considerou-se coerente a projeção de 80% de custo para 2023, ainda contendo os efeitos da cotação do milho no primeiro semestre do ano. A partir de 2024 projetou-se 70%, considerando estabilidade de preço no mercado com o arrefecimento da inflação em nível global. E com a manutenção desta estabilidade, a partir de 2026 em diante projetou-se 68% de custo de produção.

A atualização do custo do produto acompanhará o crescimento projetado da receita operacional bruta da empresa.

DESPESAS VARIÁVEIS DE VENDA

Para as despesas variáveis de venda, projetou-se os seguintes percentuais em relação ao faturamento bruto:

	2023	2024 em diante
Despesa variável	%	%
Comissão	-1,26%	-1,90%
Fretes	-4,50%	-4,50%
Antecipação de recebíveis	-1,00%	-1,00%

A despesa com antecipação de recebíveis também foi descrita no grupo de despesas financeiras no resultado da empresa. No entanto, será considerada como uma despesa variável (sendo reclassificada no DRE) para composição da margem de contribuição da empresa, tendo em vista que só ocorrerá conforme as vendas.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E INDEDUTÍVEIS

As despesas administrativas e indedutíveis foram projetadas – com base na média verificada entre janeiro-agosto de 2023 - em R\$ 1.441M (um milhão, quinhentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e um reais) para o ano de 2023 e já precificados para o próximo ano.

Para os anos subsequentes, foi adotado o índice de inflação (IPCA), conforme apresentado pelo relatório de projeções elaborado pelo Banco Itaú.

	2023P	2024P	2025P	2026P
Inflação				
IPCA	4,9%	4,1%	3,5%	3,5%
INPC	4,4%	3,9%	3,5%	3,5%
IGP-M	-3,7%	3,4%	3,5%	3,5%
IPA-M (preços por atacado)	-6,4%	3,2%	3,5%	3,5%

DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO

As despesas fixas com folha de pagamento, enquadrando os funcionários da produção e do administrativo, apresentam os seguintes valores:

Para 2023, utilizou-se a média até entre janeiro-setembro para projeção de doze meses. Para 2024, projetou-se uma diminuição do valor da folha de pagamento, tendo em vista a redução de quadro de colaboradores iniciada no segundo semestre de 2023.

Para correção dos valores de 2025 em diante, projetou-se a inflação como índice de correção anual da folha de pagamento.

Portanto, o IPCA foi utilizado como referência (conforme tabela apresentada no grupo de despesas administrativas).

DEPRECIAÇÃO

A depreciação fiscal projetada para a empresa segue conforme média histórica do período com valores de R\$ 1 MM anuais estão sendo mantidos conforme reposição do CAPEX. Estimou-se uma taxa média fiscal de 0,78% (média histórica) em relação ao imobilizado líquido para projeção da depreciação dos próximos períodos.

DESPESAS FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

As projeções foram compostas pelos custos de IPTU, ICMS, Contribuição Sindical, mensalidades, IOF e outros impostos, com correção anual pelo índice de inflação IPCA projetado e já mencionado anteriormente.

Os valores determinados para os referidos gastos foram pautados na média do período janeiro-agosto/23 e projetados, *ceteris paribus*, para o final do exercício de 2023 e subsequentes.

Deste grupo desconsiderou-se das projeções os juros sobre tributos decorrentes de parcelamentos, tendo em vista que os recorrentes parcelamentos tributários da empresa ao longo do ano elevaram as despesas com juros.

Neste intuito, como o ambiente de recuperação judicial disponibiliza oportunidades de refinanciamentos de dívidas tributárias, retirou-se da projeção este grupo de despesas oriundas dos parcelamentos tributários atuais.

DESPESAS FINANCEIRAS – AMORTIZAÇÃO DOS CRÉDITOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As projeções dos despesas financeiras foram relacionadas aos valores projetados para correção do plano de recuperação judicial. Os juros projetados sobre as classes, com os deságios apresentados, foram incorporados ao resultado da empresa.

DESPESAS FINANCEIRAS – DEMAIS CONTAS

O grupo de despesas financeiras da empresa é composto por juros de empréstimos não habilitados à recuperação judicial, a juros de antecipações de recebíveis e a despesas bancárias e descontos concedidos.

Para 2023, utilizou-se as despesas acumuladas já incorridas entre janeiro-agosto/23 e projetou-se 1% do faturamento anual para as despesas com antecipação de duplicatas. Neste caso, os juros previstos com antecipações foram reclassificados no DRE da empresa (conforme mencionado e argumentado no item “Despesas Variáveis de Vendas”).

Para as projeções, os critérios adotados são apresentados abaixo:

Conta	Critério	Referência	2024	2025	2026	Perpet
DESCONTOS CONCEDIDOS	% médio sobre faturamento	0,36%				
COMISSOES E DESP. BANCARIAS	Média jan-agosto/23 multiplicado por doze + índice de correção	IPCA	4,1%	3,5%	3,5%	3,5%
JUROS EMPRESTIMOS	Juros projetados dos financiamentos extraconcursais	Fixa + CDI	9,52%	8,89%	8,89%	8,89%
JUROS ANTECIPAÇÕES	1% sobre o faturamento bruto					

Os financiamentos extraconcursais atuais findam em 2027.

OUTRAS RECEITAS

A empresa apresenta um grupo de receita com aluguéis de imóveis próprios.
Para correções, utilizou-se o valor de IGPM como referência.

	2023P	2024P	2025P	2026P
Inflação				
IPCA	4,9%	4,1%	3,5%	3,5%
INPC	4,4%	3,9%	3,5%	3,5%
IGP-M	-3,7%	3,4%	3,5%	3,5%
IPA-M (preços por atacado)	-6,4%	3,2%	3,5%	3,5%

IMPOSTOS SOBRE RESULTADO – CSSL/IRPJ, E BENEFÍCIO SOBRE PREJUÍZO FISCAL

Os impostos apropriados seguem os critérios definidos pelos regulamentos da receita federal, sendo de 9% de CSSL, 15% de IRPJ e adicional de 10%.

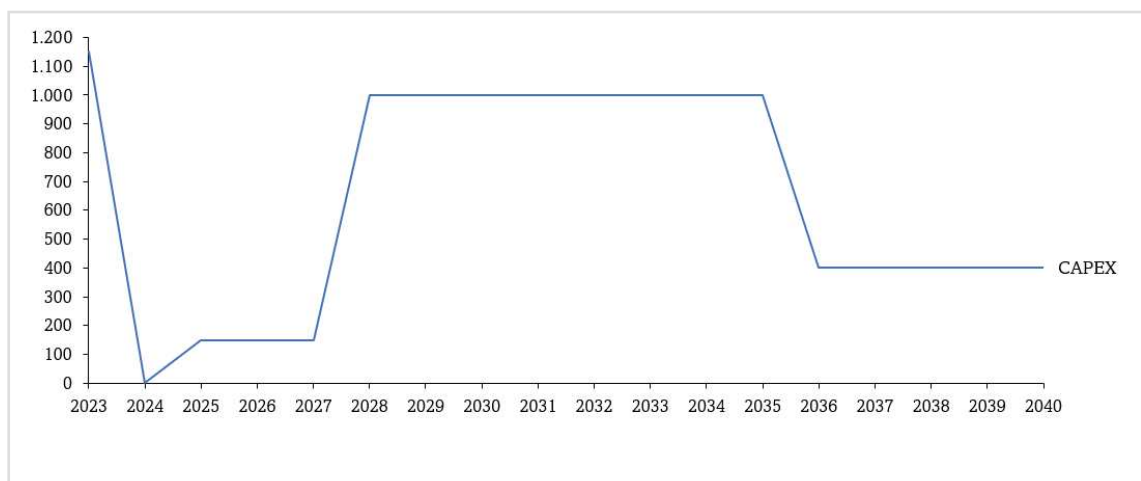
INVESTIMENTOS (CAPEX)

Em decorrência do cenário atual, não se projetou CAPEX para o ano de 2024. Entre 2025 e 2027, investimentos mínimos de R\$ 150mil ao ano para garantia de manutenção das atividades operacionais da empresa.

A partir de 2028 até 2035 projetou-se investimentos na produção na ordem de R\$ 1M/ano com o objetivo de modernização de maquinário e obtenção de certificados que permitam a empresa exportar.

De 2036 em diante optou-se por projetar novamente CAPEX para manutenção das atividades, sendo este na monta de R\$ 400mil ao ano.

Cabe salientar que o investimento em CAPEX é projetado. Sua implementação será conforme os resultados obtidos e flexibilidade disponível em caixa.



AMORTIZAÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Projetou-se no fluxo de caixa as amortizações (de principal) previstas com instituições financeiras que não se aplicaram à recuperação judicial. Neste ponto, a última amortização está prevista para ocorrer em 2027.

Neste mesmo ponto, incluiu-se o parcelamento tributário de ICMS, previsto para ocorrer em 180 meses a partir da data de aprovação deste parcelamento.

VALOR DE DESÁGIO SOBRE DÍVIDA DA RJ

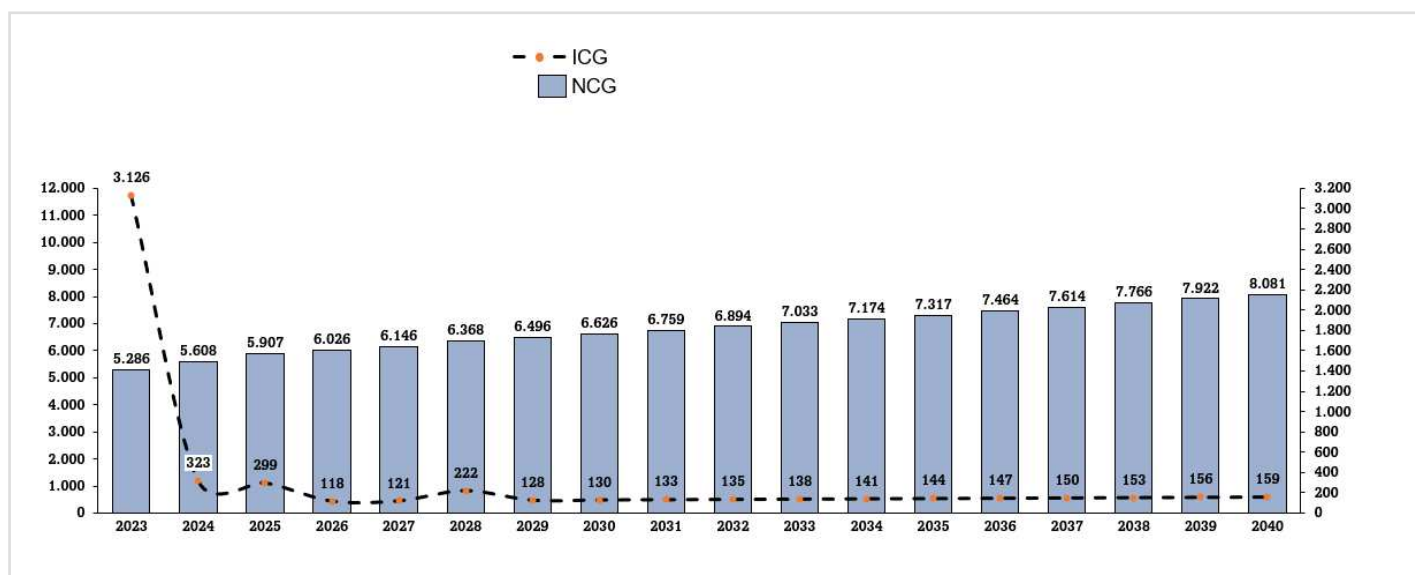
Os valores apropriados nas projeções seguem fluxo de amortização do principal, respeitando o percentual de amortização da dívida nos respectivos anos. Para cada classe de credores, há uma monta paga a cada ano, que é respeitada nas projeções realizadas.

CAPITAL DE GIRO (ICG)

Para projeção do incremento de capital de giro, foram utilizados os seguintes prazos médios de recebimento, de estoque e de pagamento:

Necessidade de capital de giro	
Prazos	Dias
PMR	14
PME	31
PMP	28
Ciclo financeiro	15

Segue gráfico apresentando a projeção:



5.2.2 Demonstrativos de Resultados Projetados

DRE PROJETADO - em R\$ mil

PERÍODO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
(+) RECEITA BRUTA	125.980	133.667	140.788	143.609	146.488	151.776	154.818	157.921	161.087	164.316	167.610	170.969	174.397	177.893	181.460	185.098	188.809	192.595
(-) IMPOSTOS SOBRE FATURAMENTO	(7.969)	(8.455)	(8.905)	(9.084)	(9.266)	(9.600)	(9.793)	(9.989)	(10.189)	(10.393)	(10.602)	(10.814)	(11.031)	(11.252)	(11.478)	(11.708)	(11.943)	(12.182)
(-) DEVOLUÇÕES	(823)	(873)	(919)	(938)	(957)	(991)	(1.011)	(1.031)	(1.052)	(1.073)	(1.095)	(1.116)	(1.139)	(1.162)	(1.185)	(1.209)	(1.233)	(1.258)
(=) RECEITA LÍQUIDA	117.189	124.340	130.963	133.588	136.265	141.185	144.014	146.901	149.846	152.849	155.913	159.039	162.227	165.479	168.797	172.181	175.633	179.155
(-) CMV	(100.784)	(93.567)	(98.551)	(97.654)	(99.612)	(103.208)	(105.276)	(107.386)	(109.539)	(111.735)	(113.974)	(116.259)	(118.590)	(120.967)	(123.393)	(125.867)	(128.390)	(130.964)
(=) LUCRO BRUTO	16.405	30.773	32.412	35.933	36.654	37.977	38.738	39.515	40.307	41.115	41.939	42.779	43.637	44.512	45.404	46.315	47.243	48.190
DESPESAS VARIÁVEIS	(8.521)	(9.891)	(10.418)	(10.627)	(10.840)	(11.231)	(11.457)	(11.686)	(11.920)	(12.159)	(12.403)	(12.652)	(12.905)	(13.164)	(13.428)	(13.697)	(13.972)	(14.252)
(-) DESPESAS COM COMISSÕES	(1.592)	(2.540)	(2.675)	(2.729)	(2.783)	(2.884)	(2.942)	(3.001)	(3.061)	(3.122)	(3.185)	(3.248)	(3.314)	(3.380)	(3.448)	(3.517)	(3.587)	(3.659)
(-) DESPESAS COM FRETES	(5.669)	(6.015)	(6.335)	(6.462)	(6.592)	(6.830)	(6.967)	(7.106)	(7.249)	(7.394)	(7.542)	(7.694)	(7.848)	(8.005)	(8.166)	(8.329)	(8.496)	(8.667)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS COM ANTECIPAÇÃO	(1.260)	(1.337)	(1.408)	(1.436)	(1.465)	(1.518)	(1.548)	(1.579)	(1.611)	(1.643)	(1.676)	(1.710)	(1.744)	(1.779)	(1.815)	(1.851)	(1.888)	(1.926)
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	7.883	20.881	21.993	25.306	25.814	26.746	27.282	27.828	28.386	28.955	29.536	30.128	30.732	31.348	31.976	32.617	33.271	33.938
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO (%)	6,73%	16,79%	16,79%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%	18,94%
DESPESAS FIXAS	(18.611)	(15.077)	(15.583)	(16.107)	(16.649)	(17.288)	(17.946)	(18.624)	(19.323)	(20.043)	(20.784)	(21.549)	(22.337)	(23.093)	(23.874)	(24.682)	(25.516)	(26.379)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS - PRODUÇÃO	(13.438)	(10.586)	(10.957)	(11.340)	(11.737)	(12.148)	(12.573)	(13.013)	(13.469)	(13.940)	(14.428)	(14.933)	(15.456)	(15.997)	(16.557)	(17.136)	(17.736)	(18.357)
(-) DESPESAS COM SALÁRIOS - ADM	(2.244)	(1.563)	(1.617)	(1.674)	(1.733)	(1.793)	(1.856)	(1.921)	(1.988)	(2.058)	(2.130)	(2.204)	(2.281)	(2.361)	(2.444)	(2.530)	(2.618)	(2.710)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.441)	(1.441)	(1.491)	(1.544)	(1.598)	(1.654)	(1.711)	(1.771)	(1.833)	(1.897)	(1.964)	(2.033)	(2.104)	(2.177)	(2.254)	(2.332)	(2.414)	(2.499)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(408)	(408)	(423)	(438)	(453)	(469)	(485)	(502)	(520)	(538)	(557)	(576)	(596)	(617)	(639)	(661)	(684)	(708)
(-) DESPESAS INDEUTÍVEIS	(73)	(73)	(76)	(79)	(81)	(84)	(87)	(90)	(93)	(97)	(100)	(103)	(107)	(111)	(115)	(119)	(123)	(127)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.006)	(1.005)	(1.019)	(1.033)	(1.047)	(1.140)	(1.233)	(1.326)	(1.420)	(1.513)	(1.606)	(1.699)	(1.792)	(1.830)	(1.867)	(1.904)	(1.941)	(1.979)
(=) LUCRO OPERACIONAL	(10.727)	5.804	6.410	9.199	9.165	9.458	9.335	9.204	9.063	8.913	8.751	8.579	8.395	8.255	8.102	7.935	7.755	7.560
(+) OUTRAS RECEITAS	145	150	156	161	167	172	179	185	191	198	205	212	219	227	235	243	252	261
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(2.956)	(917)	(826)	(734)	(637)	(657)	(671)	(687)	(702)	(718)	(734)	(751)	(768)	(785)	(803)	(822)	(841)	(860)
(-) JUROS DÍVIDA RJ	-	(563)	(584)	(604)	(593)	(543)	(492)	(439)	(386)	(334)	(279)	(221)	(162)	(100)	(36)	0	0	0
(=) LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	(13.538)	4.475	5.156	8.022	8.102	8.430	8.350	8.263	8.166	8.059	7.943	7.819	7.685	7.596	7.498	7.357	7.166	6.960
(-) IR	0	(671)	(773)	(1.203)	(1.215)	(1.265)	(1.253)	(1.239)	(1.225)	(1.209)	(1.191)	(1.173)	(1.153)	(1.139)	(1.125)	(1.104)	(1.075)	(1.044)
(-) CSLL	0	(403)	(464)	(722)	(729)	(759)	(752)	(744)	(735)	(725)	(715)	(704)	(692)	(684)	(675)	(662)	(645)	(626)
(=) LUCRO LÍQUIDO	(13.538)	3.401	3.919	6.097	6.157	6.407	6.346	6.280	6.206	6.125	6.037	5.942	5.840	5.773	5.698	5.591	5.446	5.290

5.2.3 Demonstrativos de Fluxo de Caixa Projetados

FLUXO DE CAIXA PROJETADO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
(=) LUCRO LÍQUIDO	(13.538)	3.401	3.919	6.097	6.157	6.407	6.346	6.280	6.206	6.125	6.037	5.942	5.840	5.773	5.698	5.591	5.446	5.290
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.006	1.005	1.019	1.033	1.047	1.140	1.233	1.326	1.420	1.513	1.606	1.699	1.792	1.830	1.867	1.904	1.941	1.979
(-) CAPEX	(1.150)	0	(150)	(150)	(150)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(400)	(400)	(400)	(400)	(400)
(+/-) ICG	(3.126)	(323)	(299)	(118)	(121)	(222)	(128)	(130)	(133)	(135)	(138)	(141)	(144)	(147)	(150)	(153)	(156)	(159)
(-) AMORTIZAÇÕES (EXTRAJUDICIAL)	(830)	(2.169)	(2.143)	(2.143)	(1.434)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	0	0
(-) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	(3.240)	(830)	(799)	(773)	(773)	(64)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) PARCELAMENTO DE IMPOSTOS	(11.375)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	(1.370)	-	-
RECUPERAÇÃO JUDICIAL																		
(-) AMORTIZAÇÕES RJ	(23.984)	(47)	(1.738)	(1.290)	(830)	(2.464)	(2.005)	(2.005)	(1.802)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	0	0
(-) CLASSE I	(1.858)	(1.300)	(557)															
(-) CLASSE II																		
(-) CLASSE III	(20.009)		(203)	(203)	(203)	(1.911)	(1.911)	(1.911)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	-	-	-
(-) CLASSE IV	(650)	-	(183)	(94)	(94)	(94)	(94)	(94)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) REMUNERAÇÃO AJ	(1.467)	(47)	(234)	(347)	(533)	(459)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) FCLE SALDO EXERCÍCIO	(17.686)	177	1.057	3.889	3.035	2.951	3.077	3.305	3.415	3.424	3.427	3.422	3.411	3.978	3.937	5.573	6.832	6.710
(=) FCLE SALDO INICIAL		(17.686)	(17.509)	(16.453)	(12.564)	(9.529)	(6.578)	(3.501)	(196)	3.219	6.643	10.070	13.492	16.903	20.881	24.819	30.392	37.223
(=) FCLE SALDO FINAL	(17.686)	(17.509)	(16.453)	(12.564)	(9.529)	(6.578)	(3.501)	(196)	3.219	6.643	10.070	13.492	16.903	20.881	24.819	30.392	37.223	43.933

5.3 ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA PROPOSTA

Após a análise das projeções, levando em consideração o Plano de Recuperação Judicial da empresa, relacionando os mesmos com a análise econômico-financeira, nos apontamentos para viabilidade econômica da atividade empresarial, conclui-se:

1. As informações contidas nas projeções e na caracterização da dívida foram apresentadas pela empresa, em que consideramos reais e verdadeiros;
2. As projeções realizadas consideraram variáveis não controláveis, podendo ser alteradas no desenvolvimento das atividades, assim como mudanças econômicas, que poderão modificar os resultados projetados, sendo esta análise considerada em termos de julgamento subjetivo;
3. As premissas utilizadas nas projeções são compatíveis com a realidade da empresa, apresentando valores factíveis com o crescimento do negócio e representando adequadas condições de efetivação de resultado e fluxo de caixa;
4. A proposta de plano de pagamento atende as necessidades mínimas projetadas de caixa da empresa, onde o reescalonamento da dívida se faz necessário para a sua quitação efetiva dentro das condições atuais da empresa;
5. Os índices de correção do passivo permitem a recuperação dos valores do dinheiro no tempo dos créditos habilitados na recuperação judicial e nos termos do plano de pagamento;
6. As condições apresentadas no plano de pagamento, relacionadas em carência, prazos e deságio, se fazem necessárias, a fim de que respeitem as condições de geração caixa do grupo, assim como tempo necessário de viabilidade do negócio;
7. A continuidade das atividades empresariais, frente a geração de resultados e de capital, possibilita a reestruturação do passivo, assim como a

amortização do plano de pagamento da Recuperação Judicial, permitindo a superação da situação de crise econômico-financeira, conforme condições estabelecidas no Art. 47 da LRF 11.101/2005;

Após a análise de todas as informações e números projetados, assim como a proposta de pagamento do passivo, e levando em consideração que a gestão atenda todas as expectativas, conclui-se pela viabilidade do Plano de Recuperação Judicial.

PORTO ALEGRE, 27 de outubro de 2023

Leonardo Machado
Administrador
CRA/RS 34.762

Bruno Salimen Boschi
Economista
CORECON/RS 8818

6 REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise Contábil e Financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Rita Maria. SILVA, Helena de Fátima Nunes. CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. BUFREM, Leilah Santiago. **Orçamento Empresarial**: Levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. R. Cont. Fin. USP. São Paulo. v. 19. n. 47. p. 56 – 72, 2008.

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira**: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: Abordagem Básica e Gerencial. 6. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

_____. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PÓVOA, Alexandre. **Valuation**: Como precificar ações. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2007.

CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; ROCHA, Fabiana Dias da. **Lei de Falências e Recuperação de Empresas** / obra coletiva de autoria da editora Saraiva. 23 ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2015 (Coleção Saraiva Legislação).